

REVISTA CEBRACH

OUT. DE 2026 EDIÇÃO 1

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS BRASIL-CHINA

PERSPECTIVAS ECOLÓGICAS

CEBRACH lança livro inédito no Brasil da coleção Perspectivas da Modernização Chinesa

LIÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE

O que a China nos ensina sobre preservação e futuro?

TABULEIRO GLOBAL

Reflexões sobre a Nova ordem Mundial, o papel do Sul Global e a parceria estratégica sobre Brasil e China.



Base Fotovoltaica de Zhongwei. Foto: Gabriela Beraldo.

Revista Cebrach

A **Revista Cebrach** é uma publicação mensal do
Centro de Estudos Avançados Brasil China
(Cebrach)

Diretoria do Cebrach:

Presidente:

Ricardo Abreu de Melo

Secretário Geral:

Felipe Spadari da Silva

Tesoureiro:

Luis Carlos de Sousa Pereira

Diretor Acadêmico e de Pesquisas:

Diego Pautasso

Diretor de Cultura:

Lucas Gomes Chen

Diretora de Políticas Públicas:

Isis Paris Maia

Diretor de Relações Institucionais:

Nilton Vasconcelos Júnior

Diretor de Relações Empresariais:

Ricardo Leyser Gonçalves

Primeiro Diretor de Comunicação:

Theófilo Rodrigues

Segunda Diretora de Comunicação:

Gabriela Beraldo Rodriguez

Diretora de Complexo Industrial da Saúde e Cooperação Sino-Brasileira:

Julieta Palmeira

Diretora de Eventos e Relações Públicas:

Rosanita Monteiro de Campos

Diretor de Cooperação Universitária Brasil-China para o Desenvolvimento Sustentável:

Rodrigo Silva Moura

Conselho Consultivo:

Agenor Silva Junior; Caroline Cicarello; Durval Noronha; Daniel Almeida; Elias Jabbour; Elza Kraychete; Erenice Guerra; Euzébio Jorge Silveira de Sousa; Fabio Tokarski; Fernando Marinho Mezzadri; Javier Vadell; Luis Antonio Paulino

A **Revista Cebrach** está disponível para download gratuito no formato PDF. Acesse: www.cebrach.org

Editor:

Theófilo Rodrigues

Jornalista responsável:

Gabriela Beraldo Rodriguez

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados Brasil China (Cebrach).

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar:

REVISTA CEBRACH. São Paulo: Cebrach, n.01, out. 2026.

Contato:

www.cebrach.org

Instagram: @cebrach.oficial

Sumário

Lançamento de Livro

04 Cebrach lança edição brasileira de livro sobre a perspectiva ecológica da modernização chinesa

Teoria Marxista

05 O mito do pragmatismo chinês, *por Theófilo Rodrigues*

07 Teoria dos Três Mundos expressa contradições do socialismo no século XX, *por Nilton Vasconcelos*

Meio Ambiente

10 O Desenvolvimento das Energias Renováveis na China e Sua Aplicação na América Latina, *por Xu Yanran*

13 A onda de calor na Europa e algumas lições da China, *por Diego Pautasso e Isis Paris Maia*

Geopolítica

18 A guerra silenciosa: como a China redesenha o poder financeiro global, *por Luis Carlos Pereira*

22 Guerra às Drogas como instrumento imperialista dos EUA: contraterrorismo, Sul Global e disputa por influência com a China, *por André Victor Mendes Rosa*

Cultura

27 “Chinamaxxing”: a China e a geração Z, *por Gabriela Beraldo*

29 Ai Weiwei diante do inegável, *por Rodrigo Moura*

Saúde

30 Healthy China 2030: política pública, governança estratégica e poder estatal, *por Thomaz José Portugal*

32 O Eixo Sino-Brasileiro na Reconstrução do CEIS: Soberania Sanitária, Biomanufatura e o Futuro do Multilateralismo nos BRICS, *por Wellington Pinheiro dos Santos*

Editorial

Criado em fevereiro de 2025, o Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach) nasceu com a missão de fortalecer a produção de conhecimento sobre a China contemporânea e sobre as relações sino-brasileiras, reunindo pesquisadores de diferentes áreas em torno de uma agenda interdisciplinar de estudos, pesquisa e intercâmbio acadêmico-científico. Em seus primeiros dezoito meses de atividades, o Centro consolidou uma rede de colaboradores, promoveu debates, seminários e publicações e aprofundou a reflexão sobre temas estratégicos para o desenvolvimento de ambos os países, com especial atenção às transformações econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais em curso na China e às experiências do socialismo com peculiaridades chinesas. Ao mesmo tempo, o Cebrach tem contribuído para a valorização da teoria marxista como instrumento de análise da realidade contemporânea, estimulando o diálogo entre diferentes tradições do pensamento crítico e as experiências concretas de desenvolvimento em curso no século XXI.

É nesse contexto que inauguramos a **Revista Cebrach**, um novo espaço voltado à difusão do conhecimento produzido por nossos pesquisadores associados e colaboradores. Mais do que um repositório de artigos, a revista pretende contribuir para a qualificação do debate público e acadêmico sobre a China, oferecendo análises fundamentadas sobre temas como desenvolvimento, inovação, sustentabilidade, relações internacionais, economia, cultura e cooperação bilateral. Em um contexto de profundas transformações na ordem internacional, buscamos compreender o papel crescente do Sul Global e as potencialidades da cooperação Sul-Sul como vetores para a construção de um desenvolvimento mais soberano, inclusivo e sustentável. Ao reunir diferentes perspectivas disciplinares, a **Revista Cebrach** pretende estimular uma compreensão mais ampla e rigorosa das oportunidades abertas pela parceria estratégica entre Brasil e China e de sua contribuição para um mundo mais multipolar e cooperativo.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Cebrach lança edição brasileira de livro sobre a perspectiva ecológica da modernização chinesa

Fruto da parceria entre o Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach) e a Fundação Maurício Grabois, a edição brasileira de *Perspectiva ecológica da modernização chinesa*, de Zhang Yongsheng, chega ao público brasileiro para ampliar o debate sobre desenvolvimento, transição ecológica e a experiência chinesa.



A edição brasileira do livro *Perspectiva ecológica da modernização chinesa*, do pesquisador chinês Zhang Yongsheng, já está disponível para compra no Brasil. Publicada pela Fundação Maurício Grabois, em parceria com a Editora Chongqing e com o Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach), a obra inaugura no país a coleção "Seis perspectivas da modernização chinesa" e aprofunda o debate sobre a relação entre desenvolvimento, planejamento estatal e sustentabilidade a partir da experiência chinesa.

Inédito em português, o livro apresenta o conceito de civilização ecológica, formulado no contexto da modernização socialista chinesa, como uma alternativa aos limites ambientais impostos pelo modelo de desenvolvimento da civilização industrial capitalista. Ao longo da obra, Zhang Yongsheng analisa como a China vem articulando crescimento econômico, planejamento estatal e transição ecológica em uma estratégia voltada à construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Pesquisador e diretor-geral do Instituto de Estudos da Civilização Ecológica da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Zhang é uma das principais referências chinesas nos estudos sobre desenvolvimento verde e transformação ecológica.

Sua produção acadêmica tem contribuído para consolidar a civilização ecológica como um dos eixos centrais da modernização chinesa e da construção do socialismo com características chinesas na nova era.

A tradução para o português foi realizada pelo jornalista Bernardo Joffily, a partir da edição em espanhol traduzida por Lou Yu e Lin Yue.

Perspectiva ecológica da modernização chinesa é o primeiro volume publicado no Brasil da série "Seis perspectivas da modernização chinesa", organizada por Jiang Hui, pesquisador do socialismo com características chinesas e ex-vice-presidente da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). A coleção reúne seis obras dedicadas a diferentes dimensões da modernização chinesa - mundo, valores, história, civilização, democracia e ecologia - oferecendo ao público uma visão abrangente dos fundamentos teóricos e práticos da experiência chinesa no século XXI.

Serviço

Título: Perspectiva ecológica da modernização chinesa

Autor: Zhang Yongsheng

Tradutor: Bernardo Joffily

ISBN: 978-65-89805-62-5

Editoras: Fundação Maurício Grabois e Editora Chongqing

Ano de publicação: 2026

Edição: 1ª

Páginas: 176

Dimensões: 23cm x 16cm x 1cm

Peso: 300g

Preço: R\$ 70,00

[Disponível para compra online](#)

O mito do pragmatismo chinês

Ao contrário da leitura dominante na imprensa ocidental, o chamado “pragmatismo chinês” não representa abandono do marxismo, mas uma aplicação histórica e concreta da tradição do materialismo dialético às condições específicas do desenvolvimento da China contemporânea.



Foto de Li Yang na Unsplash

Por Theófilo Rodrigues

A caracterização da China contemporânea como um país “pragmático” tornou-se quase um lugar-comum na imprensa ocidental. Reportagens, análises econômicas e comentários diplomáticos frequentemente apresentam o Estado chinês como guiado por uma lógica puramente prática, desprovida de compromissos ideológicos mais profundos. Nesse enquadramento, a capacidade chinesa de combinar planejamento estatal, abertura ao capital estrangeiro e forte intervenção pública seria resultado de uma postura flexível e adaptativa, em contraste tanto com o liberalismo ocidental clássico quanto com o socialismo soviético.

A ideia do “pragmatismo chinês” aparece, assim, como uma explicação simplificada para o êxito econômico do país. Muitas vezes, essa leitura também cumpre uma função ideológica, pois

descrever a China como “pragmática” permite apresentar seu desenvolvimento como consequência de um suposto abandono do marxismo, e não como expressão de uma estratégia política e histórica própria.

Essa interpretação costuma recorrer às formulações de Deng Xiaoping durante o processo de Reforma e Abertura iniciado no final da década de 1970. Frases célebres como “não importa a cor do gato, desde que cace ratos” e a defesa da “busca da verdade a partir dos fatos” são frequentemente citadas como provas de que a China teria abandonado qualquer orientação teórica rígida em favor de um experimentalismo pragmático. A própria introdução de mecanismos de mercado, zonas econômicas especiais e atração de investimentos estrangeiros passou a ser interpretada por muitos observadores como uma

ruptura com o marxismo em nome de uma política essencialmente utilitária, voltada apenas para resultados imediatos. No entanto, há uma diferença decisiva entre adaptar táticas às circunstâncias históricas e aderir filosoficamente ao pragmatismo. Toda política revolucionária precisa operar sobre condições concretas e variáveis; isso não significa abandono da teoria, mas precisamente sua aplicação dinâmica.

Definir a política chinesa como “pragmática” envolve um erro conceitual importante. O pragmatismo não é apenas uma atitude prática diante dos problemas, mas uma corrente filosófica norte-americana específica, associada a autores liberais como William James e John Dewey. Em linhas gerais, o pragmatismo sustenta que a verdade de uma ideia deve ser medida por sua utilidade imediata e pelos efeitos práticos que produz. Nesse sentido, ele possui proximidade filosófica com o utilitarismo, para o qual a validade de uma ação é determinada sobretudo pelos resultados obtidos. Trata-se de uma tradição intelectual vinculada ao liberalismo anglo-saxão e à adaptação gradual das instituições sociais, não à concepção marxista de história e luta de classes. Diferentemente do pragmatismo norte-americano e do utilitarismo inglês, o marxismo não reduz a verdade ao êxito imediato de uma política, mas busca compreender as contradições estruturais e o movimento histórico das sociedades.

O que orienta a experiência chinesa não é o pragmatismo liberal, mas uma tradição vinculada ao materialismo histórico e dialético. Essa concepção já estava presente em Mao Zedong, especialmente em textos como *Sobre a Prática* e *Sobre a Contradição*, nos quais Mao critica simultaneamente o dogmatismo abstrato e o empirismo sem teoria. Ou seja, a noção de “buscar a verdade a partir dos fatos” não representa rejeição do marxismo, mas a tentativa de aplicar seus princípios às condições concretas da sociedade chinesa. Nesse ponto, a influência de Lenin é decisiva. Sua formulação de que “a alma viva do marxismo é a análise concreta da situação concreta” sintetiza precisamente a ideia de que a teoria revolucionária não deve operar de maneira mecânica, mas em relação dialética com as condições históricas reais.

A própria tradição marxista ocidental desenvolveu essa concepção por meio da ideia de “filosofia da

práxis”, elaborada por Antonio Gramsci. Em Gramsci, a práxis não significa pragmatismo utilitário, mas a unidade entre teoria e ação histórica consciente, orientada por um projeto ético-político coletivo. Nesse sentido, é possível compreender a experiência chinesa muito mais como uma forma de filosofia da práxis, na qual o Estado reorganiza continuamente seus instrumentos econômicos em função de objetivos históricos nacionais e socialistas, do que como adesão ao pragmatismo liberal.

A abertura econômica chinesa foi concebida como uma etapa específica de desenvolvimento das forças produtivas dentro de um projeto nacional conduzido pelo Estado e pelo Partido Comunista. Formulações posteriores, como o “socialismo com características chinesas”, reafirmam essa tentativa de interpretar o marxismo a partir das particularidades históricas da China.

Por isso, reduzir a trajetória chinesa ao “pragmatismo” significa obscurecer o conteúdo teórico e histórico de sua experiência política. A China não age simplesmente segundo critérios imediatos de eficiência, mas a partir de uma leitura estratégica de longo prazo sobre desenvolvimento, soberania nacional e transição socialista. O que muitos chamam de pragmatismo é, na realidade, uma aplicação da tradição marxista às particularidades históricas da formação social chinesa.

A categoria “pragmatismo”, nesse contexto, frequentemente opera como instrumento ideológico para reconhecer a eficiência econômica chinesa sem admitir que essa experiência continue reivindicando o marxismo como fundamento estratégico de sua ação histórica. Vista a partir da noção gramsciana de filosofia da práxis, a experiência chinesa aparece não como abandono da teoria em favor da utilidade imediata, mas como tentativa de construir uma síntese dinâmica entre direção política, desenvolvimento material e transformação histórica. Confundir materialismo dialético com pragmatismo liberal leva, assim, a uma compreensão superficial da lógica que organiza o Estado chinês contemporâneo.

Theófilo Rodrigues é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UCAM. É editor da Revista *Princípios* e Diretor de Comunicação do Cebrach.

Teoria dos Três Mundos expressa contradições do socialismo no século XX

Análise histórica da formulação chinesa surgida na Guerra Fria, suas disputas ideológicas, o conflito com Moscou e os efeitos no campo comunista internacional.



Foto de Ling Tang na Unsplash

Por Nilton Vasconcelos

Um dos conceitos mais controversos do campo do socialismo no século XX foi o dos Três Mundos, desenvolvido por Mao Zedong e expresso por Deng Xiaoping em discurso pronunciado na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de abril de 1974, quando este chefiava a delegação chinesa. Embora não exista obra sistemática dedicada especificamente a essa formulação, apresentada à época com o status de teoria, seus fundamentos encontram-se em entrevistas de Mao Zedong, bem como em documentos e textos partidários do Partido Comunista da China.

Formulação da Teoria dos Três Mundos

Segundo essa concepção, o Primeiro Mundo seria constituído pelas duas grandes potências econômicas e militares – os Estados Unidos e a União Soviética; o Segundo Mundo, pelas potências capitalistas desenvolvidas da Europa e pelo Japão; e o Terceiro Mundo, pela esmagadora maioria dos países em desenvolvimento ou de desenvolvimento atrasado, cujas soberanias estariam ameaçadas pela ação das potências pertencentes às duas primeiras categorias. A China se incluía, portanto, no Terceiro Mundo, ao lado dos países da Ásia, África e América Latina.

No interior do Primeiro Mundo, entretanto, a formulação chinesa estabelecia uma distinção qualitativa. Considerava-se que a União Soviética não apenas havia se transformado em uma superpotência imperialista que ameaçava o mundo tanto quanto os Estados Unidos, como também se tornara “a fonte mais perigosa de uma nova guerra mundial”. Por essa razão, os documentos chineses passam a caracterizar a União Soviética (URSS) como social-imperialista, isto é, socialista no discurso e imperialista na prática. Por essa leitura, a principal ameaça à humanidade não residiria no imperialismo clássico norte-americano, mas no expansionismo soviético.

Reorientação da política externa chinesa na Guerra Fria

Esta concepção foi sendo elaborada ao longo dos anos 1960 e ganhou formulação explícita na década seguinte à visita de Henry Kissinger e, posteriormente, do presidente Richard Nixon à China, entre 1971 e 1972. Esses encontros marcaram uma inflexão na política externa chinesa, aproximando a República Popular da China dos Estados Unidos em um contexto da Guerra Fria, gerando profunda tensão com a União Soviética. Com o apoio estadunidense, a China ingressou nas Nações Unidas como legítima representante do país, ocupando a cadeira antes destinada a Taiwan. No Comunicado de Xangai, de 1972, os dirigentes da China e dos EUA reconheceram suas profundas divergências políticas e econômicas, mas sinalizaram a disposição para o distensionamento, a realização de consultas regulares e o estímulo ao desenvolvimento progressivo das relações comerciais.

Impacto da teoria no movimento comunista internacional

A Teoria dos Três Mundos repercutiu amplamente no movimento comunista internacional e foi objeto de duras críticas. No Brasil, destacou-se a posição de João Amazonas, dirigente do Partido Comunista do Brasil, que publicou, em janeiro de 1981, o livro *O revisionismo chinês de Mao Tsé-tung*. Na obra, Amazonas denunciava o que considerava o caráter antirrevolucionário da teoria, acusando-a de relativizar o papel do imperialismo norte-americano, promover a conciliação com os Estados Unidos e contribuir para uma ruptura no movimento comunista internacional.

Para compreender o surgimento e o impacto dessa formulação, é indispensável considerar seus antecedentes históricos, em particular a mudança da orientação política do socialismo soviético a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Nesse Congresso, Nikita Krushev, sucessor de Stálin na secretária-geral do partido, denunciou o culto à personalidade, responsabilizando Stálin por supostas práticas ilegais, repressões, expurgos e violações da legalidade socialista. Essas críticas, dirigidas a um dirigente falecido desde 1953, tiveram grande impacto no movimento comunista mundial.

A Teoria dos Três Mundos repercutiu amplamente no movimento comunista internacional e foi objeto de duras críticas.

Associadas à crítica a Stálin, emergiram novas formulações estratégicas e teóricas, como a ideia da diminuição da luta de classes no socialismo com a socialização dos meios de produção; a noção da transição pacífica por via parlamentar do capitalismo ao socialismo; e a priorização da estabilidade internacional em detrimento das lutas de libertação nacional, expressa pela política da coexistência pacífica. Admitia-se, ainda, que a economia socialista poderia competir com o capitalismo principalmente por meios econômicos, científicos e diplomáticos – concepções que, para amplos setores do movimento comunista, representavam uma ruptura com os princípios fundamentais do marxismo-leninismo.

A liderança chinesa interpretou o processo de “desestalinização” como um abandono da ditadura do proletariado e uma aproximação ao reformismo, justamente no momento em que o socialismo chinês dava os seus primeiros passos. A vitória sobre a ocupação japonesa, em 1945, alcançada com o apoio do Exército Vermelho ao custo de cerca de 20 milhões de vidas chinesas, foi seguida pela guerra civil que culminou na proclamação da República Popular da China, em 1949. Os primeiros anos do novo governo revolucionário foram marcados por profundas reformas estruturais, como a coletivização da terra e o fortalecimento da

indústria pesada. O primeiro plano quinquenal, iniciado em 1953 com assistência soviética, lançou as bases para o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se preparava o Grande Salto Adiante, concebido como uma tentativa de acelerar a modernização do país.

Neste contexto, as deliberações do XX Congresso do PCUS foram interpretadas como uma concessão ideológica ao anticomunismo. O ataque à liderança de Stálin era visto como um golpe contra o movimento comunista internacional e um fator de enfraquecimento do socialismo em escala global. Abriu-se, assim, uma divergência profunda que não se resumiu às relações sino-soviéticas. No Brasil, por exemplo, essas divergências ideológicas estiveram no cerne da crise que levou à criação do Partido Comunista Brasileiro e à reconstrução do Partido Comunista do Brasil, em 1962.

A ruptura entre a China e a União Soviética aprofundou-se ao longo dos anos 1960, com a suspensão da cooperação nos planos quinquenais, o rompimento da colaboração na área nuclear, divergências quanto à geopolítica asiática e, finalmente, confrontos armados na fronteira sino-soviética, em 1969. Essa relação só seria normalizada em maio de 1989, com a visita de Mikhail Gorbachev à China, poucos anos antes do colapso da experiência soviética. O Comunicado Conjunto Sino-Soviético, então divulgado, formalizou a normalização das relações diplomáticas entre os dois países.

Superação da teoria e a inflexão chinesa

Naquela ocasião, Deng Xiaoping defendeu o encerramento das disputas ideológicas do passado, argumentando que elas deveriam ser deixadas de lado após décadas de ruptura. Na verdade, nos anos anteriores, a política externa chinesa já havia assumido um perfil mais pragmático, abandonando a tese de que a União Soviética constituía o inimigo principal e adotado princípios de independência, não alinhamento, e o conceito das Cinco Coexistências Pacíficas.

Essas mudanças tiveram como marcos decisivos a aprovação da política de Abertura e Reforma, na 3ª Plenária do 11º Comitê Central, em 1978, e a

formulação do conceito de “socialismo com características chinesas”, consagrado no XII Congresso, em 1982.

A teoria dos Três Mundos, longe de constituir apenas uma formulação circunstancial da política externa chinesa, expressou as tensões, contradições e disputas estratégicas no interior do campo socialista durante a Guerra Fria. Sua emergência esteve profundamente vinculada ao rompimento sino-soviético, às críticas chinesas ao revisionismo soviético e à busca de autonomia da revolução chinesa em um sistema internacional dominado por grandes potências. Ao mesmo tempo, seus limites teóricos e políticos revelaram-se evidentes, tanto pela relativização do papel do imperialismo norte-americano quanto pelas fraturas que provocou no movimento comunista internacional. A posterior inflexão da política chinesa, consagrada com a Abertura e Reforma e o conceito de socialismo com características chinesas, indica que a própria experiência histórica levou a liderança chinesa a superar aquela formulação, substituindo-a por uma estratégia centrada no desenvolvimento nacional, na soberania e na inserção internacional independente.

Referências

DENG XIAOPING. *Discurso do Presidente da Delegação da República Popular da China, Deng Xiaoping, na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU*. Abril, 1974.

DENG XIAOPING. *Vamos deixar o passado para trás e abrir uma nova era*. Maio de 1989.

COMUNICADO DE XANGAI. *Comunicado Conjunto Entre os EUA e a China*. Fevereiro, 1972.

DIÁRIO DO POVO. *A Teoria da Diferenciação dos Três Mundos do Presidente Mao é uma importante contribuição para o marxismo-leninismo*. Fevereiro, março, 1974.

Nilton Vasconcelos é Doutor em Administração Pública e diretor de Relações Institucionais do Cebrach. Foi secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia.

O Desenvolvimento das Energias Renováveis na China e Sua Aplicação na América Latina

A liderança da China no desenvolvimento de energias renováveis está redefinindo a cooperação com a América Latina, ao combinar investimentos, transferência de tecnologia e integração industrial para acelerar a transição energética.



Foto de Nuno Alberto na Unsplash

Por Xu Yanran

A China é atualmente a principal produtora, investidora e exportadora mundial de tecnologias de energia renovável. Há mais de duas décadas, o país transformou o status da energia renovável, que deixou de ser apenas uma ideia ecológica para se tornar um dos pilares centrais de seu sucesso industrial de alta tecnologia e de sua influência internacional. Ao mesmo tempo, a América Latina dispõe de muitos dos principais recursos renováveis do mundo (irradiação solar notável, vastos corredores eólicos, potencial hidrelétrico abundante e reservas estratégicas de minerais

essenciais), o que a torna uma parceira natural na agenda global de desenvolvimento verde da China.

A participação da China no setor de energia renovável da América Latina não é apenas um caso de expansão comercial. Ela está ligada à formação de um tipo radicalmente novo de cooperação Sul-Sul que utiliza a transferência de tecnologia, os fundos de infraestrutura, a capacidade produtiva e o planejamento ambiental como ferramentas-chave. Atualmente, as empresas chinesas ocupam um lugar de destaque entre os investidores em sistemas de geração de energia, produção de

baterias, linhas de transmissão e mobilidade elétrica em toda a região.

Atualmente, os países latino-americanos estão cada vez mais considerando o investimento chinês, seja em capital, seja em tecnologia, como um caminho importante para atender às suas próprias necessidades de transição energética. Com as energias renováveis se tornando agora um setor estratégico, e não apenas ecológico, é provável que a cooperação entre a China e a América Latina passe de projetos básicos de infraestrutura para a produção local e de redes inteligentes para soluções de armazenamento e formas digitais de governança energética.

O modelo de desenvolvimento de energia renovável da China

O desenvolvimento da energia renovável na China ocorreu em três fases bem definidas. A primeira fase começou com a aprovação da Lei de Energia Renovável em 2005 e concentrou-se principalmente na criação de capacidade de produção interna por meio de medidas industriais favoráveis, tarifas de compensação e grandes projetos de demonstração. Naquela época, a China buscava reduzir sua dependência de tecnologia estrangeira e fortalecer suas próprias indústrias, estabelecendo a capacidade de fabricar células solares, turbinas eólicas e equipamentos auxiliares.

A segunda fase (2013–2020) testemunhou a ascensão da China como principal fabricante mundial de energia renovável. Investimentos maciços em energia solar fotovoltaica (FV), energia eólica, sistemas de transmissão de ultra-alta tensão, redes inteligentes e tecnologia de baterias permitiram que as empresas chinesas alcançassem notáveis economias de escala. Entre as empresas que se beneficiaram e lideraram essa onda estavam a LONGi, a Trina Solar, a JinkoSolar, a Goldwind, a CATL e a BYD.

A terceira fase (2021–presente) é caracterizada pela integração dos objetivos de neutralidade de carbono com prioridades mais amplas de desenvolvimento nacional. O compromisso de alcançar a neutralidade de carbono até 2060 posiciona agora a energia renovável como parte essencial da modernização econômica, da inovação tecnológica e da segurança nacional. As prioridades políticas atuais enfatizam cada vez mais a gestão de energia elétrica com o uso de IA, as

tecnologias de armazenamento de energia, o desenvolvimento do hidrogênio, os mercados digitais de energia elétrica e a construção de sistemas energéticos resilientes, capazes de sustentar a economia digital em expansão na China.

O envolvimento da China no setor de energia renovável da América Latina

O envolvimento da China no setor de energia renovável da América Latina cresceu significativamente na última década, evoluindo do financiamento de infraestrutura básica para uma cooperação industrial abrangente. O país realizou investimentos substanciais em parques solares, energia eólica e hidrelétrica, redes de transmissão de eletricidade, fabricação de baterias e produção de veículos elétricos em toda a região.

O compromisso de alcançar a neutralidade de carbono até 2060 posiciona agora a energia renovável como parte essencial da modernização econômica, da inovação tecnológica e da segurança nacional.

Grandes empresas estatais, incluindo State Grid, China Three Gorges, PowerChina e China Energy Engineering, participaram de projetos de infraestrutura em grande escala, enquanto empresas privadas como LONGi, Trina Solar, JinkoSolar, Goldwind e BYD se tornaram fornecedoras líderes de tecnologias e equipamentos renováveis.

No que diz respeito ao investimento financeiro, a participação chinesa vem incorporando cada vez mais a transferência de tecnologia e a modernização industrial. Muitos dos projetos atuais de energia renovável estão sendo planejados em conjunto com serviços de engenharia, treinamento técnico, sistemas de monitoramento digital, tecnologias de gestão de redes inteligentes e iniciativas de pesquisa colaborativa.

Nesse cenário, as empresas chinesas estão gradualmente deixando de se limitar à mera exportação de maquinário para se voltarem para a fabricação local e a integração de fornecedores regionais em acordos de produção internacionais.

Essa mudança faz parte de uma evolução mais ampla na política de investimento estrangeiro da China, que agora privilegia a cooperação industrial de longo prazo em detrimento de projetos de curto prazo.

Perspectivas futuras

Para a próxima década, espera-se que a cooperação entre a China e a América Latina no âmbito das energias renováveis se desenvolva no sentido de uma integração tecnológica e industrial mais estreita:

- **Sistemas de armazenamento de energia:** antes um conceito de nicho, o armazenamento ganhará muito mais importância com a maior penetração das energias renováveis em toda a região, oferecendo espaço substancial para o crescimento das empresas chinesas de baterias e das tecnologias relacionadas.
- **IA e ferramentas digitais:** a gestão digital do uso de energia ajudará a tornar as redes elétricas mais eficientes, integrar fontes renováveis de pequena escala ao abastecimento principal e melhorar o desempenho do mercado de eletricidade.
- **Desenvolvimento do hidrogênio:** isso representa outra área altamente promissora para esforços conjuntos. Entre os países com recursos renováveis notáveis, o Chile e o Brasil estão particularmente bem posicionados para produzir quantidades substanciais de hidrogênio verde para os mercados interno e de exportação.
- **Localização das cadeias de suprimentos:** a colaboração futura dependerá menos das exportações diretas da China e mais da utilização de instalações de fabricação na América Latina. Isso ajudará a desenvolver a indústria local, reduzir os custos de transporte e aumentar a resiliência das cadeias de suprimentos regionais.

Para a próxima década, espera-se que a cooperação entre a China e a América Latina no âmbito das energias renováveis se desenvolva no sentido de uma integração tecnológica e industrial mais estreita.

Conclusão

A participação da China no setor de energia renovável da América Latina figura atualmente entre os principais fenômenos da economia política da transição energética global. Para a América Latina, a cooperação com a China oferece oportunidades únicas para descarbonizar, modernizar a infraestrutura, diversificar as indústrias locais e integrar-se à cadeia de valor global de energia limpa.

No entanto, transformar essas oportunidades em realidade exigirá uma governança interna mais sólida, transparência regulatória, responsabilidade ambiental e uma rede diversificada de conexões internacionais. Olhando para o futuro, a colaboração em energias renováveis está destinada a se tornar um dos principais pilares das relações sino-latino-americanas e uma característica marcante da política internacional da era global de baixo carbono.

***Xu Yanran** é Professora Associada da Universidade Renmin da China, onde também é Diretora do Programa de Dupla Graduação em Governança Global e Assuntos Internacionais. Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Miami (EUA), sua pesquisa centra-se nas relações China-América Latina e na dinâmica triangular China-EUA-América Latina. É autora de *China's Strategic Partnerships in Latin America* (Lexington Books, 2017).*

A onda de calor na Europa e algumas lições da China

As sucessivas ondas de calor que assolam a Europa expõem não apenas os efeitos das mudanças climáticas, mas também a erosão das capacidades estatais, os limites de um modelo de desenvolvimento e o contraste com a estratégia chinesa de adaptação e planejamento sob o paradigma da Civilização Ecológica.



Foto de Joshua Sortino na Unsplash

Por Diego Pautasso e Isis Paris Maia

A nova onda de calor que atinge a Europa volta a produzir números alarmantes de mortes. Mais do que um evento meteorológico extremo, porém, ela revela processos estruturais que extrapolam a dimensão climática. A tragédia evidencia sinais de fragilização das capacidades estatais de planejamento e provisão de bens públicos para prevenir e responder a eventos extremos, expõe a questão etnocêntrica que permeia sua cobertura midiática, contrapõe distintos paradigmas de desenvolvimento e adaptação às mudanças

climáticas, reafirma a centralidade da infraestrutura como expressão de modernização e proteção social e, em última instância, oferece indícios da transição sistêmica em curso na ordem internacional. À luz desse cenário, cabe refletir sobre a experiência chinesa no enfrentamento desses desafios, em especial a partir do paradigma da chamada Civilização Ecológica.

Ondas de calor e erosão das capacidades estatais europeias

A cada novo verão, a Europa tem estampado nas manchetes a sua tragédia térmica. Segundo matéria publicada na *Nature Medicine* [1], entre 2022 e 2024, mais de 181 mil mortes estiveram associadas ao calor extremo no continente. Ondas sucessivas de calor quebram recordes de temperatura e, junto com elas, ceifam vidas de forma sistematicamente subnotificada, pois raramente consta como causa de morte nos atestados de óbito, ocultando-se por trás de diagnósticos cardiovasculares e respiratórios agudos [2].

Para além das elevadas temperaturas, o que chama a atenção é a incapacidade de uma resposta política compatível com esse desafio. A União Europeia destina 680 bilhões de euros do orçamento 2021-2027 para medidas relacionadas ao clima, mas apenas uma fração ínfima desse montante chega à adaptação térmica ao superaquecimento urbano [3], dedicando “substancialmente mais atenção e capital político aos elementos de descarbonização do Pacto Verde Europeu do que ao seu pilar de adaptação”, como documenta o relatório de 2024 da Agência Europeia do Ambiente (EEA) [4]. Menos da metade dos 38 Estados-membros da EEA monitora mortes relacionadas ao calor em tempo quase real; apenas 20 países acompanham os impactos do calor na saúde de forma sistemática [5].

A vulnerabilidade é demograficamente concentrada, uma vez que pessoas com 65 anos ou mais representam 85% das mortes por calor na Europa [6]. Considerando que se trata de um continente em franco processo de envelhecimento populacional, o cenário é de ampliação do risco, mantendo-se a disfuncionalidade [7]. Enquanto a Europa não se adapta, seus cidadãos mais ricos se isolam e os demais são deixados à mercê do calor. Aliás, é inacreditável que apenas cerca de 20% dos lares europeus possuam algum sistema de refrigeração [8].

Nesse contexto, a Europa, que não raro se coloca como paradigma civilizacional, assiste impassível à morte de seus cidadãos mais vulneráveis. Sob o manto de um alegado vanguardismo ambiental que confunde ascetismo com virtude, a recusa em investir em climatização para o verão revela-se uma decisão política. Persiste-se com edificações antiquadas, sem adaptação térmica para o calor, e

sequer políticas para adequar a rotina a essas situações de extremos térmicos.

É inaceitável que nações com PIB per capita entre os mais elevados do planeta, com séculos de acumulação de capital, com infraestruturas que supostamente deveriam ser modelares, registrem, em poucos dias, mais de 1.400 mortes em razão das altas temperaturas, lembrando que, em 2025, chegou a mais de 24 mil mortes, segundo o *Imperial College London* [9]. Apesar do extremo climático, esse fato tem sido recorrente nos últimos anos, o que revela incompetência governamental para adequar uma infraestrutura envelhecida a uma realidade climática que já se instalou.

A China e a governança ambiental: entre ações adaptativas e estruturais

A China, por sua vez, tem demonstrado que é possível e necessária uma governança que combine ações adaptativas, voltadas a desafios urgentes, e ações estruturais, direcionadas a transformações de longo prazo. A chamada Civilização Ecológica, incorporada à doutrina do Partido em 2012 e elevada a estratégia de desenvolvimento nacional, é a chave conceitual desse paradigma. Trata-se de uma governança que integra metas ambientais vinculantes aos Planos Quinquenais, com políticas públicas ambientais que se desdobram para todos os âmbitos da sociedade e do desenvolvimento.

A chamada Civilização Ecológica, incorporada à doutrina do Partido em 2012 e elevada a estratégia de desenvolvimento nacional, é a chave conceitual desse paradigma.

São inúmeras as medidas adaptativas urgentes para enfrentar os extremos climáticos. O país construiu mais de 10.000 novas estações de monitoramento e alerta precoce apenas em 2024, expandindo sua capacidade de previsão de eventos extremos [10]. Na bacia do rio Lancang, gerenciada pelo *China Huaneng Group*, foram construídas doze usinas hidrelétricas em cascata, equipadas com monitoramento digital e despacho centralizado em toda a bacia, reduzindo o pico natural de enchente em aproximadamente 70% [11]. Reservatórios estão sendo operacionalizados para manter

capacidade de abastecimento de água e energia durante secas prolongadas, enquanto um sistema integrado hidro-eólico-solar está sendo desenvolvido para responder a eventos climáticos extremos.

Em termos de adaptação costeira, projetos como o dique de maré de Liudao e o dique leste da costa de Ningjin são implementados para proteger essas áreas contra a elevação do nível do mar e ressacas. Reservatórios são reforçados, sistemas de drenagem urbana ampliados, e simulações de emergência realizadas regularmente para preparar equipes de resgate e a população. Em Shenzhen, o Parque da Baía de Shenzhen, com 13 quilômetros de costa, mantém a infraestrutura costeira livre de grandes construções, com manguezais e vegetação de zonas úmidas protegendo mais de 12 milhões de habitantes contra tempestades e avanço do mar.

A lógica chinesa tem combinado, por isso, adaptação e mitigação para enfrentar os extremos climáticos. A Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas 2035, estabelecida em 2022, é o plano mais abrangente do país até o momento, com metas e cronogramas cobrindo resiliência urbana, restauração de ecossistemas, sistemas de alerta precoce e avaliação de riscos [12]. Já a Lei de Proteção da Bacia do Rio Yangtzé (2020) e projetos de reabilitação ecológica fluvial, como o realizado em Pingxiang, Jiangxi, onde zonas úmidas ribeirinhas restauradas e encostas verdes suaves reduzem riscos de enchentes, criam habitats para a biodiversidade e são usufruídos pela comunidade, exemplificam a integração entre proteção ambiental e adaptação climática.

O caso do projeto de Cidades Esponja é uma síntese entre adaptação urgente e transformação estrutural. Iniciado em 2014 e expandido para 30 cidades-piloto em 2015, representa uma revolução no planejamento urbano. Em vez de se restringir ao modelo tradicional de “drenagem rápida” baseado em concreto, tubulações e represamento, as cidades chinesas são projetadas para absorver, reter, purificar e reutilizar a água da chuva, como medidas complementares. É a integração sistêmica de infraestrutura cinza e verde por meio de pavimentos permeáveis, jardins de chuva, telhados verdes, zonas úmidas artificiais, parques de retenção e corredores ecológicos. Na mesma direção de revitalização ambiental dos espaços urbanos, o projeto Cidade Floresta vem redefinindo

a paisagem urbana do país, convertendo antigas “selvas de pedra” com precária qualidade do ar em cidades completamente arborizadas.

Cabe sublinhar, para quem não tem familiaridade, que a China é um país historicamente moldado por situações ambientais extremas, incluindo variações térmicas de magnitude quase inimaginável. Em Harbin, no nordeste, o inverno registra temperaturas que chegam a $-42,6^{\circ}\text{C}$, e o verão a $37,8^{\circ}\text{C}$. Em Xinjiang, as temperaturas máximas chegam próximas a 50°C e as mínimas a $-52,3^{\circ}\text{C}$, resultando num gradiente térmico histórico de cerca de 100 graus Celsius dentro de uma mesma região administrativa [13].

A lógica chinesa tem combinado, por isso, adaptação e mitigação para enfrentar os extremos climáticos.

Ademais, a China abriga, em seu território, praticamente todos os climas do planeta e enfrenta, simultaneamente, inundações devastadoras no sul, secas extremas no noroeste, tufões no litoral e ondas de calor no interior. Já a Europa, com um consumo de energia per capita muito superior ao chinês, com desafios climáticos relativamente menores, com recursos incomparavelmente maiores, não consegue enfrentar uma onda de calor sem deixar milhares de mortos em seu rastro. Para ilustrar: a China, em 2023, alcançou mais de 145 unidades de ar-condicionado por 100 lares, com políticas de substituição que aceleram a eficiência energética das unidades, enquanto a Europa revela completa inoperância para adequar as residências às ondas de calor.

O etnocentrismo e a transição de poder

Em nosso livro *Quem tem medo da China?*, a escolha de dedicar a primeira parte à questão do etnocentrismo não foi fortuita. O tema das relações internacionais, a dinâmica imperialista e as relações centro-periferia são atravessados pela questão do etnocentrismo e pela consequente produção de narrativas. A maneira como as mortes na Europa decorrentes da onda de calor têm sido tratadas corrobora exatamente essa argumentação.

Isto é, a grande mídia tem preferido tratar as milhares de mortes em Paris, Londres ou Madri

como um efeito das “ondas de calor sem precedentes”, relacionadas com as mudanças climáticas. Pouco se diz sobre ineficiência governamental e negligência do poder público. Não restam dúvidas, porém, de que a abordagem seria outra, caso esse mesmo cenário de milhares de mortes ocorresse em países do Sul Global. A narrativa se inverteria instantaneamente, buscando chaves explicativas em conceitos como “corrupção”, “ineficiência governamental”, “estados falidos” e até “genocídio”. Durante o terremoto ocorrido na Venezuela recentemente, tais explicações foram recorrentes para explicar as dificuldades nos resgates das vítimas.

Durante a pandemia de COVID-19, enquanto os números chineses eram sistematicamente questionados, sob alegação de serem ou “forjados” ou decorrentes da imposição “autoritária” do lockdown, os números assustadores dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Itália não eram objeto de críticas duras. Muito pouco se falou sobre a evidente ineficiência estatal ou sobre as deficiências dos sistemas de saúde. Ninguém perguntou por que os Estados Unidos, uma grande potência com elevados gastos per capita em saúde, acumularam mais de um milhão de mortes. Paralelamente, a vacina chinesa era colocada sob suspeição, tratamento absolutamente distinto daquele dado às similares ocidentais.

Para além da dimensão simbólica e narrativa, as ondas de calor europeias e a incapacidade de resposta também revelam um sinal dos tempos. A Europa, que por séculos se posicionou como vanguarda civilizacional, dá sinais claros e recorrentes de suas dificuldades. Não se trata apenas de modernização da infraestrutura ou adaptação das cidades às novas realidades climáticas, mas da erosão de um modelo de desenvolvimento.

A China, pelo contrário, demonstra a renovação do seu paradigma de modernização. Sob a chave conceitual da Civilização Ecológica, o país tem combinado desenvolvimento com sustentabilidade. E as transformações infraestruturais chinesas talvez sejam um dos indicadores mais claros dessa trajetória chinesa, como ilustram muito bem as ferrovias de alta velocidade, o planejamento das grandes cidades, a transição ecológica em diversas áreas, do

tratamento de resíduos sólidos aos sistemas energéticos.

Sob a chave conceitual da Civilização Ecológica, o país tem combinado desenvolvimento com sustentabilidade.

A Europa, por seu turno, como bem destacou Todd, em *La derrota de Occidente* [14], dá mostras recorrentes dos seus descaminhos. À crise da democracia liberal e à crescente disfunção da sua representação política, somam-se a ampliação das desigualdades sociais, combinada à erosão dos sistemas de valores e crenças compartilhadas. Esse esvaziamento normativo é acompanhado pelo recrudescimento do individualismo e atomização social, insegurança existencial e perda de horizontes coletivos. Não por acaso, estamos exatamente diante de uma demonstração da incapacidade de definição dos horizontes políticos diante dos desafios.

Considerações finais

Estamos diante de uma transição sistêmica multidimensional, na qual se entrelaçam transformações geopolíticas, tecnológicas, demográficas, ambientais e civilizacionais. As ondas de calor que hoje assolam a Europa não constituem um episódio isolado, tampouco podem ser compreendidas apenas como consequência das mudanças climáticas. Elas expõem limites de um modelo de desenvolvimento, revelam a erosão de capacidades estatais essenciais e evidenciam a dificuldade de converter recursos econômicos em proteção efetiva da população diante de riscos cada vez mais recorrentes. Aliás, a Europa, outrora referência na construção do Estado de Bem-estar Social e na provisão universal de bens e serviços públicos, expõe fragilidades para responder aos desafios contemporâneos.

A experiência chinesa oferece um contraponto relevante de articulação entre planejamento de longo prazo, fortalecimento das capacidades estatais, investimento maciço em infraestrutura, inovação tecnológica e incorporação da sustentabilidade ao projeto nacional para enfrentar os desafios climáticos. Sob o paradigma da Civilização Ecológica, desenvolvimento econômico,

adaptação climática e proteção ambiental deixam de ser objetivos concorrentes para integrar uma mesma estratégia de modernização.

A transição sistêmica em curso, portanto, não diz respeito apenas à redistribuição do poder internacional. Ela envolve também a disputa entre diferentes concepções de desenvolvimento, de ação estatal e de produção do bem-estar coletivo. Trata-se de refletir sobre quais modelos de desenvolvimento e quais formas de organização do Estado estarão mais aptos a garantir segurança, resiliência e qualidade de vida em um século marcado pela intensificação dos riscos ambientais.

Notas:

[1] Vicedo-Cabrera, A.M. et al. (2025). “Heat-related mortality in Europe during the summer of 2024.” **Nature Medicine**. DOI: 10.1038/s41591-025-03674-3.

[2] Idem. O estudo utiliza modelo de mortalidade excessiva que compara observados com esperados, corrigindo pela subnotificação direta do calor como causa de morte nos registros oficiais.

[3] Comissão Europeia (2021). **A European Green Deal**.

[4] Agência Europeia do Ambiente (2024). **Climate change adaptation in the EU: taking stock and looking ahead**. Relatório nº 22/2024. Copenhague: EEA.

[5] Idem.

[6] Vicedo-Cabrera et al. (2025), op. cit.

[7] United Nations, Department of Economic and Social Affairs (2024). **World Population Prospects 2024**.

[8] Dados compilados de Eurostat (2024), IEA (2023) e relatórios nacionais de eficiência energética.

[9] Gasparrini, A. et al. (2025). “Temporal trends in heat-related mortality burden in Europe.” **Nature Medicine**. DOI: 10.1038/s41591-025-03675-2.

[10] Dados oficiais do Ministério de Recursos Hídricos da China (2024).

[11] China Huaneng Group (2024). Relatório de gestão da bacia do rio Lancang.

[12] Conselho de Estado da China (2022). **Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas 2035**.

[13] National Meteorological Center of China (2024). Dados de tempestades extremas em Xinjiang e Harbin.

[14] TODD, E. *La derrota de Occidente*. Madrid: Ediciones Akal, 2024.

Diego Pautasso é doutor (2010) e Mestre (2006) em Ciência Política e Graduado (2003) em Geografia pela UFRGS. É professor Titular da Rede Federal, co-criador do projeto de difusão científica @fiosdechina (Instagram) e diretor de pesquisas do Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach). Autor dos livros *Imperialismo; A China Atual No Legado De Mao Tsé-tung; e China e Rússia no Pós-Guerra Fria, bem como co-autor de Quem tem medo da china?; A China e a Nova Rota da Seda; Teoria das Relações Internacionais; e Domenico Losurdo: crítico do nosso tempo*.

Isis Paris Maia é doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com conclusão prevista para 2027, e mestre em Políticas Públicas pela mesma instituição (2023). Graduada em História, é co-criadora do projeto de divulgação científica @fiosdechina e diretora de Políticas Públicas do Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach). Atua como professora colaboradora da Pós-Graduação em China Contemporânea da PUC Minas e do Grupo de Estudos sobre a China da Universidade de Brasília (GECHINA-UnB). É coautora do livro *Quem tem medo da China? A construção da ameaça chinesa*.

A guerra silenciosa: como a China redesenha o poder financeiro global

Enquanto a disputa comercial e tecnológica entre China e Estados Unidos domina os holofotes, é no terreno silencioso das finanças - com a redução estratégica de Treasuries, o acúmulo de ouro e o reposicionamento frente ao dólar e às criptomoedas - que se desenha uma transformação potencialmente decisiva na arquitetura do poder econômico global.



Foto de Edward He na Unsplash

Por Luis Carlos Pereira

Não é segredo que a China vem protagonizando uma intensa disputa econômica com os Estados Unidos. Embora a guerra tarifária e a corrida tecnológica sejam os aspectos mais visíveis desse confronto, eles estão longe de esgotar o conflito. Paralelamente, e de forma muito mais silenciosa, Pequim tem atuado em um campo menos perceptível, porém estratégico: o financeiro.

Por meio de ajustes graduais em suas reservas internacionais — especialmente na venda de títulos do Tesouro norte-americano —, a China tem contribuído para reconfigurar o equilíbrio

econômico-financeiro global e pressionado, ainda que indiretamente, a economia dos Estados Unidos.

A redução das participações chinesas em títulos do Tesouro dos EUA atingiu em 2025, o menor nível desde a crise financeira global de 2008, sinalizando uma mudança estrutural na gestão das reservas internacionais do país.

Segundo dados do *United States Department of the Treasury*, a China passou a deter cerca US\$ 686 bilhões em dívida pública americana, quase metade do pico registrado em 2013, quando suas posições ultrapassavam US\$ 1,3 trilhões.

Reportagens do *Financial Times* e da *Bloomberg* destacam que, apenas entre janeiro e novembro de 2025, Pequim reduziu suas posições em aproximadamente US\$ 115 bilhões, um ritmo que vai além de ajustes rotineiros de portfólio e aponta para uma recalibração estratégica mais profunda.

Essa estratégia ganhou maior nitidez após notícias de que reguladores chineses orientaram bancos e instituições financeiras domésticas a limitarem e reduzirem sua exposição aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Segundo informações divulgadas pela *Bloomberg* e pela *Anadolu Agency*, a recomendação teria partido de órgãos ligados à *State Administration of Foreign Exchange*, e teria como justificativa o risco de concentração excessiva, volatilidade dos mercados e o aumento das incertezas geopolíticas.

Ao sinalizar diretamente aos bancos uma mudança de postura, Pequim reforça que a venda de *Treasuries* não se trata apenas de um movimento técnico de mercado, mas de uma diretriz estratégica coordenada, alinhada à política externa e à segurança financeira nacional.

Paralelamente, dados oficiais indicam que parte relevante dos recursos liberados com a redução dessas posições vem sendo redirecionada para ativos alternativos, com destaque o ouro. O Banco Popular da China acumula compras do metal há 15 meses consecutivos, elevando suas reservas oficiais para mais de 74 milhões de onças.

Analistas sugerem, contudo, que o volume real pode ser significativamente maior, uma vez que aquisições adicionais podem ocorrer por canais não imediatamente refletidos nas estatísticas oficiais. Esse processo tem sido interpretado como uma proteção contra riscos fiscais, monetários e geopolíticos associados à expansão do endividamento público dos Estados Unidos.

A China não está isolada nesse movimento. Outros países do grupo BRICS também vêm reduzindo gradualmente sua exposição à dívida soberana americana, reforçando a percepção de uma tendência mais ampla de diversificação das reservas globais e de questionamento da centralidade absoluta dos ativos denominados em dólar. Ainda que esse processo seja lento e incremental, ele aponta para transformações de longo prazo na arquitetura financeira internacional.

A reação dos Estados Unidos a essa estratégia chinesa, contudo, tampouco tem sido passiva. Donald Trump, ao articular a nomeação de Kevin Warsh para o comando do *Federal Reserve*, enviou um sinal claro ao mercado financeiro: a trajetória de queda dos juros norte-americanos tende a ser mais lenta.

Essa sinalização atua diretamente sobre as expectativas, reduzindo a pressão por uma desvalorização acelerada do dólar e reforçando sua atratividade relativa no sistema financeiro internacional.

Com um dólar mais forte, ativos tradicionalmente utilizados como proteção – como ouro e prata – tendem a perder parte da sua tração no curto prazo, à medida que o retorno relativo dos ativos denominados em dólar se torna mais competitivo. Esse movimento cria uma tensão adicional para a estratégia chinesa.

Sob a liderança de Xi Jinping, a China opera um comércio exterior que supera os US\$ 6 trilhões anuais e busca ampliar de forma consistente o uso do yuan em transações internacionais.

Para sustentar esse processo de internacionalização da moeda, Pequim necessita reforçar a credibilidade e o lastro de seu sistema monetário – papel que vem sendo desempenhado, em grande medida, pelo acúmulo estratégico de ouro e prata.

Entretanto, a estratégia defensiva adotada por Donald Trump carrega um componente paradoxal e, em certa medida, autoerosivo. À medida que a China reduz sua exposição aos *Treasuries* e os despeja no mercado, o governo dos Estados Unidos passa a depender de juros mais elevados para continuar financiando sua dívida.

Esse mecanismo pressiona o custo do endividamento público, amplia o déficit fiscal e encarece o financiamento tanto da inovação tecnológica quanto do comércio internacional.

Os efeitos dessa dinâmica não se restringem às contas do Estado. O aumento estrutural dos juros afeta diretamente a economia doméstica, reduzindo o poder de compra da população norte-americana. Crédito mais caro para a aquisição de moradia, veículos e educação superior torna o chamado “sonho americano” progressivamente

mais distante aprofundando tensões sociais e econômicas internas.

Essa erosão também se manifesta no plano monetário internacional. Para se ter dimensão do processo, no início dos anos 2000 o dólar representava cerca de 70% das reservas globais; em 2025, essa participação recuou para aproximadamente 58%.

Embora o dólar permaneça a principal moeda de reserva do mundo, a tendência aponta para uma perda gradual de centralidade, resultado combinado do crescimento do endividamento norte-americano, da instrumentalização geopolítica do sistema financeiro e da busca de alternativas por grandes economias – com destaque para a China.

Nesse sentido, a tentativa de sustentar a hegemonia do dólar por meio de juros elevados e atração de capitais de curto prazo pode, no longo prazo, acelerar justamente o processo que se pretende conter: a fragmentação do sistema monetário internacional e a lenta, porém contínua, redistribuição do poder financeiro global

Em contraste com a postura defensiva adotada por bancos centrais e gestores de reservas soberanas, o setor privado norte-americano – especialmente o de tecnologia – tem intensificado sua presença nos mercados de dívida.

Empresas de tecnologia passaram a responder por uma parcela recorde da emissão de títulos corporativos, impulsionadas pela necessidade de financiar investimentos em larga escala em inteligência artificial, data centers e capacidade computacional avançada.

Essa justaposição revela uma nova dinâmica dos fluxos globais de capital: enquanto os Estados priorizam resiliência, diversificação e mitigação de riscos associados à desdolarização, as empresas americanas continuam explorando a profundidade e a liquidez dos mercados financeiros dos EUA para sustentar uma nova onda de expansão tecnológica.

O Bitcoin também pode estar nesse jogo

Depois de atingir um recorde histórico em outubro de 2025, quando chegou a aproximadamente US\$ 126 mil, o Bitcoin iniciou uma forte trajetória de queda, alcançando cerca de US\$ 63 mil em fevereiro, o que representa uma desvalorização de 50% em apenas quatro meses. Nesse período,

estima-se que aproximadamente US\$1,5 trilhão em valor de mercado tenha evaporado, configurando a pior correção desde o colapso da FTX, em 2022.

O movimento ocorreu em meio à euforia do mercado após a aprovação da regulamentação dos ETFs de Bitcoin, que sinalizava que Wall Street, mais do que nunca, estava embarcando no mercado de criptoativos. A correção subsequente expôs, contudo, a elevada volatilidade do setor e a sensibilidade desses ativos às mudanças nas condições financeiras globais.

A maior parte das análises aponta múltiplos fatores explicativos para esse movimento. Alguns atribuem a correção à atuação do *Federal Reserve*, em razão da manutenção dos juros em patamares elevados por mais tempo, o que reduz a atratividade de ativos mais arriscados.

Outros destacam que a instabilidade no mercado de ações de tecnologia (tech stocks) tem ampliado as incertezas e provocado uma realocação defensiva de portfólios. Há ainda quem responsabilize o alto grau de alavancagem acumulado no mercado de criptoativos, que intensificou as liquidações em um cenário adverso.

Por fim, parte das análises aponta para o impacto regulatório das regras mais rigorosas impostas pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), que passou a exigir um requisito de capital de 1.250% para exposição a criptoativos.

Essa exigência torna a custódia do Bitcoin significativamente mais cara do que a de outras classes de ativos, desestimulando a participação direta de instituições financeiras tradicionais no mercado.

Mas há outro elemento pouco mencionado nesse debate: a China. Desde 2021, por meio do aviso “Sobre a prevenção e repressão adicionais aos riscos da especulação em transações com moedas virtuais”, o país já havia proibido a comercialização de criptomoedas em seu território. Nos últimos meses, contudo, o governo chinês passou a ampliar tanto a proibição quanto os mecanismos de fiscalização, aprofundando o controle estatal sobre esse mercado.

No final de maio de 2025, a China implementou uma nova rodada de restrições às atividades com criptoativo, abrangendo a negociação, a mineração

e a posse individual de ativos digitais. A medida aprofundou a política restritiva iniciada nos anos anteriores e reforçou a posição oficial de que criptomoedas privadas configuram atividades financeiras ilegais no país.

Já no final de novembro, o Banco Popular da China reforçou essas medidas proibitivas, ampliou os alertas sobre os riscos associados ao comércio de moedas virtuais e determinou o fechamento de milhares de máquinas de mineração na região de Xinjian.

Estimativas do setor indicam que cerca de 400 mil *rigs* foram desligados, correspondendo a aproximadamente 1,3 gigawatss (GW) de capacidade energética desconectada do sistema. Essa operação provocou uma queda de cerca de 8% de *hashrate* global do Bitcoin, evidenciando o impacto direto das decisões regulatórias chinesas sobre a infraestrutura mundial de mineração de criptoativos.

Com isso, os mineradores são forçados a esgotar suas posições em BTCs para cobrir custos operacionais, o que tende a pressionar o preço do ativo no curto prazo. Trata-se de um movimento de liquidação operacional provocado por choques regulatórios, energéticos e financeiros, que aumentam a oferta no mercado em momentos de fragilidade da demanda.

No longo prazo, contudo, a dinâmica é mais complexa e envolve outros elementos estratégicos. Ativos tradicionais como ouro e prata passam a colocar em xeque a tese de que o Bitcoin seria um importante ativo com capacidade de reserva de valor em um cenário de crise monetária, especialmente observado a partir de uma lógica geopolítica. Esse movimento não ocorre de forma espontânea, mas de maneira articulada pela China, que vem reposicionando seus instrumentos de poder financeiro.

Como já mencionado, Pequim deu ordens explícitas para reforçar suas reservas de ouro, utilizando o metal como lastro estratégico diante da volatilidade do sistema financeiro internacional e da centralidade do dólar. No entanto, há um outro mineral fundamental nesse tabuleiro e frequentemente subestimado: a prata.

Em 1º de janeiro de 2026, a China implementou controles de exportação sobre prata, tungstênio e o

antimônio, restringindo as autorizações de exportação a apenas 44 empresas aprovadas pelo governo. A medida ganha ainda mais relevância quando combinada ao fato de que o país detém entre 60% e 70% da capacidade global de refinamento da prata, além de ter elevado oficialmente o metal ao status de material estratégico, equiparando-o às terras raras.

Com esses dois movimentos – controle da oferta externa e domínio da capacidade de refino –, a China passou a condicionar a disponibilidade global de ouro e prata, alterando expectativas e preços no mercado internacional. Como resultado, no último ano, o ouro acumulou uma valorização próxima de 65%, enquanto a prata registrou uma alta ainda mais expressiva, em torno de 140%.

Esse desempenho relativo tem atraído fluxos de capital antes direcionados a criptoativos para ativos tradicionais com histórico consolidado de reserva de valor, especialmente em um ambiente marcado por incertezas monetárias, geopolíticas e regulatórias.

Nesse contexto, as criptomoedas passam a enfrentar uma concorrência mais dura não apenas no plano regulatório, mas também no plano simbólico e financeiro. Se ativos físicos estratégicos oferecem previsibilidade, controle estatal e escassez administrada, parte do capital tende a migrar para essas alternativas.

Caso esse movimento se prolongue, ele pode redefinir o equilíbrio do mercado de criptoativos, pressionando sua narrativa como reserva de valor e abrindo espaço para uma dinâmica de perda cumulativa de liquidez e relevância – ainda que não necessariamente irreversível.

Tomados em conjunto, esses movimentos sugerem que o sistema financeiro internacional atravessa uma fase de transição. Se essa divergência entre estratégias soberanas e dinâmicas corporativas será temporária ou estrutural permanece em aberto – mas é justamente essa tensão que pode definir o próximo capítulo da ordem econômico-financeira global.

Luis Carlos Pereira é economista, mestre em Economia Política pela PUC-SP e especialista em Gerenciamento de Projetos pela FGV. É diretor do Cebrach.

Guerra às Drogas como instrumento imperialista dos EUA: contraterrorismo, Sul Global e disputa por influência com a China

A recente classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas pelos Estados Unidos exige uma análise que ultrapasse o campo da segurança pública e considere suas implicações geopolíticas, econômicas e estratégicas.



Foto de Denny Ryanto na Unsplash

Por André Victor Mendes Rosa

A decisão dos Estados Unidos de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como *Specially Designated Global Terrorists* (SDGTs) e de encaminhar sua classificação como *Foreign Terrorist Organizations* (FTOs) não deve ser interpretada apenas como uma medida técnica de segurança. Trata-se de uma escolha política de grande alcance, pois desloca o narcotráfico brasileiro do campo criminal para o campo do contraterrorismo internacional, um

vocabulário jurídico, financeiro e militar historicamente mobilizado por Washington para ampliar sua capacidade de vigilância, sanção e intervenção sobre outros territórios [1].

O ponto central não é minimizar a gravidade do PCC e do CV. Ambas são organizações criminosas violentas, com efeitos concretos sobre comunidades, instituições públicas, agentes de segurança e economias ilegais. A questão decisiva é outra: quem define a classificação, com quais

interesses e com quais consequências geopolíticas? Quando os Estados Unidos classificam facções brasileiras como “terroristas globais”, não estão apenas descrevendo um fenômeno. Estão também criando uma justificativa para ativar instrumentos de pressão econômica, financeira, diplomática e, potencialmente, militar sobre países do Sul Global.

A distinção entre SDGT e FTO é importante para compreender o alcance da medida. A designação como FTO possui base legal na seção 219 do *Immigration and Nationality Act* e permite ao governo estadunidense construir um registro administrativo, notificar o Congresso, publicar a decisão no Federal Register e ativar consequências financeiras e jurídicas relacionadas à organização designada [2]. Em contrapartida, a categoria SDGT, vinculada à *Executive Order 13224*, opera principalmente no campo das sanções econômicas e financeiras, permitindo o bloqueio de bens e a restrição de transações com pessoas, instituições ou organizações consideradas associadas ao financiamento do terrorismo [3].

Em termos práticos, a categoria SDGT funciona como mecanismo de bloqueio patrimonial, sanção financeira e controle de fluxos econômicos. A categoria FTO, por sua vez, adiciona maior peso jurídico e simbólico, pois enquadra uma organização estrangeira no campo do terrorismo internacional. A combinação desses dois instrumentos amplia a capacidade dos EUA de projetar poder além de suas fronteiras. Por isso, a medida não pode ser vista como uma simples cooperação de segurança: insere o problema brasileiro em uma arquitetura global de controle comandada por Washington.

A justificativa oficial afirma que a designação busca proteger a segurança nacional dos EUA, impedir a entrada de drogas em seu território e desarticular redes de “narcoterrorismo” [1]. Contudo, é justamente essa justificativa que deve ser analisada criticamente. O narcotráfico não nasce apenas da existência de facções armadas. É resultado de uma combinação entre desigualdade social, demanda internacional por drogas, proibição, corrupção, circulação ilegal de armas, lavagem de dinheiro e integração de mercados ilícitos ao sistema financeiro global. Reduzir esse fenômeno à categoria de “terrorismo” simplifica um problema

complexo e o subordina aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

O narcotráfico não nasce apenas da existência de facções armadas. É resultado de uma combinação entre desigualdade social, demanda internacional por drogas, proibição, corrupção, circulação ilegal de armas, lavagem de dinheiro e integração de mercados ilícitos ao sistema financeiro global.

Essa simplificação é característica da Guerra às Drogas. Desde os anos setenta, os EUA construíram uma política de combate às drogas baseada no endurecimento penal, aumento do policiamento, encarceramento e fortalecimento de agências repressivas [4]. A promessa era reduzir o consumo e desarticular mercados ilícitos. Na prática, em muitos contextos, essa política contribuiu para ampliar a violência, a seletividade penal, o encarceramento em massa e a intervenção sobre populações racializadas (negros, indígenas, ciganos, hispânicos) e territórios periféricos. Quando exportada para a América Latina, essa lógica assume contornos ainda mais graves: os países do Sul Global passam a ser tratados como laboratórios de segurança, vigilância e controle territorial.

É nesse sentido que a classificação do PCC e do CV como organizações terroristas deve ser vista com cautela. Segundo Rodrigues (2024) [5], o mercado das drogas psicoativas possui uma face legal e outra ilegal. Enquanto determinadas substâncias são reguladas, tributadas e incorporadas ao mercado formal, outras são empurradas para a clandestinidade. Ainda assim, a demanda não desaparece. Em muitos casos, a dependência e a compulsão tornam esse mercado inelástico: mesmo com repressão, escassez ou aumento do risco, a busca persiste. A repressão, portanto, não elimina necessariamente o mercado; reorganiza seus custos, suas rotas e seus agentes.

Dessa dinâmica deriva o chamado efeito globo. Quando uma região é pressionada, o mercado se

desloca para outra. Quando uma rota é reprimida, abre-se outra. Quando uma organização é enfraquecida em determinado território, outras disputam o espaço deixado. O resultado pode ser a readaptação do crime, a abertura de novos mercados e a intensificação de conflitos. Em vez de extinguir a economia ilegal, a repressão frequentemente a desloca e a torna mais violenta. A dinâmica de competição entre organizações confirma esse paradoxo: onde há fragmentação varejista, a disputa tende a ser aberta e armada; onde há monopólio, a violência pode assumir formas mais disciplinadas, mas não menos autoritárias [5].

O enquadramento contrterrorista também reforça a seletividade repressiva [5]. No plano interno, a política de drogas recai historicamente sobre determinados grupos sociais: pobres, negros, periféricos e habitantes de territórios estigmatizados. No plano internacional, essa seletividade se converte em intervenção geopolítica. Países e regiões do Sul Global são apresentados como fontes de ameaça, enquanto os centros consumidores, os sistemas financeiros que lavam dinheiro e os mercados de armas que alimentam a violência permanecem relativamente protegidos. Cria-se, assim, uma divisão política conveniente: o Sul aparece como origem do perigo; o Norte aparece como gestor legítimo da ordem.

É nesse ponto que a dimensão imperialista se torna evidente. O imperialismo contemporâneo nem sempre se apresenta como ocupação colonial direta. Muitas vezes opera por meio de sanções, listas, certificações, cooperação policial, pressões diplomáticas, bloqueios financeiros e narrativas globais de segurança. Ao controlar o sistema financeiro internacional e a centralidade do dólar, os EUA conseguem transformar uma designação doméstica em um instrumento de efeito extraterritorial. Uma decisão tomada em Washington pode afetar bancos, empresas, governos, organizações civis e indivíduos em diversos países.

Há, ainda, um elemento decisivo: a disputa por recursos naturais e por influência econômica na América do Sul. A classificação de facções brasileiras como ameaça terrorista não ocorre em um vazio geopolítico. Surge em um momento em que o Brasil e a região sul-americana tornam-se cada vez mais relevantes para as cadeias globais de

petróleo, minerais críticos, energia, alimentos, infraestrutura e tecnologia. O Brasil possui reservas estratégicas de terras raras, além de nióbio, grafite, lítio, níquel, cobalto, cobre e outros recursos indispensáveis para as cadeias industriais de alta tecnologia, energia limpa e defesa [6]. Segundo uma análise baseada em dados do USGS, o país possui a segunda maior reserva comprovada de terras raras do mundo, atrás apenas da China, com cerca de 21 milhões de toneladas [7]. Na área energética, a produção brasileira de petróleo bruto superou 4 milhões de barris diários em outubro de 2025, e a EIA projeta uma média de 4 milhões de barris diários em 2026 [8].

O imperialismo contemporâneo nem sempre se apresenta como ocupação colonial direta. Muitas vezes opera por meio de sanções, listas, certificações, cooperação policial, pressões diplomáticas, bloqueios financeiros e narrativas globais de segurança.

Essa centralidade dos recursos brasileiros deve ser lida junto com a disputa entre Estados Unidos e China. A China é apontada pelo *Council on Foreign Relations* como a principal parceira comercial da América do Sul e como a segunda maior parceira comercial da América Latina em seu conjunto, ficando atrás apenas dos EUA [9]. A ODI Global estima que o comércio entre China e América Latina e Caribe alcançou US\$ 510 bilhões em 2024, quase o dobro do nível de uma década antes, além de identificar a China como a maior credora bilateral da região [10]. Em termos nacionais, há dados que indicam a China como principal parceira comercial de quatro países sul-americanos: Brasil, Chile, Peru e Uruguai [11]. Outros estudos destacam ainda a forte dependência dos mercados chineses em cinco países centrais para a geopolítica regional: Brasil, Chile, Peru, Argentina e Venezuela [9] [11]. Assim, embora a presença chinesa não tenha o mesmo peso em todos os países, é evidente que Pequim ocupa uma posição dominante ou estratégica em uma parte significativa do tabuleiro sul-americano.

Nesse contexto, a linguagem do contrterrorismo pode funcionar como tecnologia política de

ingerência ampliada. Ao enquadrar o narcotráfico brasileiro como ameaça terrorista transnacional, os EUA obtêm argumentos para ampliar a cooperação policial, o monitoramento financeiro, a presença de agências, as pressões diplomáticas e a influência sobre decisões de segurança em países soberanos. Mas, por trás do discurso de segurança, existe também uma disputa por petróleo, minerais críticos, infraestrutura logística e cadeias tecnológicas. O objetivo estratégico não seria apenas combater o crime organizado; seria também reposicionar os EUA frente ao avanço chinês na América do Sul, reduzindo a influência de Pequim sobre um continente rico em commodities, energia e recursos minerais essenciais para a economia do século XXI. Enquanto a globalização estadunidense é neoliberal e financeira, a globalização chinesa está focada na exportação de bens públicos e no desenvolvimento de infraestrutura, sendo a Nova Rota da Seda a máxima expressão dessa política chinesa, pois busca conectar mercados, transferir tecnologia e financiar obras de infraestrutura massivas pelo mundo.

Esse movimento também fortalece o complexo militar-industrial de defesa dos EUA, setor central da economia estadunidense e profundamente dependente da produção contínua de ameaças. Segundo o SIPRI, as receitas das 100 maiores empresas de armas e serviços militares do mundo cresceram 5,9% em 2024, alcançando o recorde de US\$ 679 bilhões; no mesmo ano, as empresas dos EUA presentes nesse ranking somaram US\$ 334 bilhões em receitas por armas, com 39 companhias estadunidenses entre as 100 maiores [12] [13]. A guerra, nesse sentido, não é apenas um acontecimento externo à economia. Também é um mercado, uma engrenagem de acumulação e uma forma de organizar prioridades políticas. Quanto mais se descreve o Sul Global como ameaça, mais se justificam gastos militares, tecnologias de vigilância, contratos de defesa, operações externas e novas fronteiras de intervenção.

É evidente que o Brasil precisa enfrentar o poder armado e econômico de organizações como o PCC e o CV. Mas enfrentar essas organizações não significa aceitar, sem crítica, que a agenda de segurança brasileira seja subordinada ao léxico estratégico dos Estados Unidos. O combate ao narcotráfico exige inteligência financeira, redução das desigualdades, controle de armas, reforma das polícias, enfrentamento à lavagem de dinheiro,

regulação dos fluxos econômicos e políticas públicas capazes de reduzir a dependência social dos mercados ilegais. A simples militarização do problema tende a reproduzir o ciclo de violência que afirma combater.

Enquanto a globalização estadunidense é neoliberal e financeira, a globalização chinesa está focada na exportação de bens públicos e no desenvolvimento de infraestrutura, sendo a Nova Rota da Seda a máxima expressão dessa política chinesa, pois busca conectar mercados, transferir tecnologia e financiar obras de infraestrutura massivas pelo mundo.

O título de “terrorista” tem uma enorme força simbólica. Produz medo, consenso e autorização política para medidas excepcionais. Precisamente por isso, deve ser tratado com cautela. Quando tudo se torna terrorismo, o Estado passa a agir como se estivesse sempre em guerra. E, quando a guerra é declarada pelo centro imperial contra fenômenos localizados no Sul Global, a soberania dos países periféricos tende a ser relativizada em nome de uma segurança internacional definida unilateralmente, de acordo com os interesses de países como os Estados Unidos.

Portanto, a pergunta que deve orientar o debate não é apenas se o PCC e o CV são organizações violentas. Isso é mais do que evidente. A pergunta decisiva é outra: a classificação dessas facções como organizações terroristas fortalece a soberania brasileira e a segurança pública democrática, ou amplia o poder dos EUA para controlar, sancionar e intervir no Sul Global? A meu ver, o maior risco está na segunda hipótese. Sob o discurso do contraterrorismo, a velha Guerra às Drogas recebe um novo revestimento jurídico, mais duro, mais globalizado e funcional aos interesses de Washington.

Concluo que a decisão dos EUA não deve ser analisada como solução para o narcotráfico, mas como movimento de ampliação de poder do imperialismo estadunidense. O combate ao crime

organizado é necessário, mas não pode servir de cavalo de Troia para a internacionalização militarizada da segurança pública brasileira. Se a Guerra às Drogas já fracassou ao transformar problemas sociais em guerra interna, sua fusão com o contraterrorismo ameaça produzir algo ainda mais perigoso: a legitimação de uma política imperial de intervenção permanente sobre o Sul Global. No caso sul-americano, essa intervenção não se limita à segurança. Conecta-se com a disputa por petróleo, terras raras, minerais críticos, mercados, rotas logísticas, influência diplomática e contenção de alianças econômicas contrárias aos interesses estadunidenses, como a associação entre China e os países sul-americanos. Em última instância, trata-se de um projeto de controle: controle sobre territórios, recursos, fluxos financeiros, alianças internacionais e sobre o próprio direito dos países do Sul Global de definir autonomamente seus caminhos de desenvolvimento.

Referências

- [1] ESTADOS UNIDOS. Department of State. Terrorist Designation of Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital. Washington, 2026. Disponível em: <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/05/terrorist-designation-of-comando-vermelho-and-primeiro-comando-da-capital>. Acesso em: 30 maio 2026.
- [2] CORNELL LAW SCHOOL. Legal Information Institute. 8 U.S. Code § 1189: Designation of foreign terrorist organizations. Ithaca: Cornell Law School, [s. d.]. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/8/1189>. Acesso em: 30 maio 2026.
- [3] ESTADOS UNIDOS. Department of the Treasury. Office of Foreign Assets Control. Counter Terrorism Sanctions FAQs. Washington, [s. d.]. Disponível em: <https://ofac.treasury.gov/faqs/topic/2396>. Acesso em: 30 maio 2026.
- [4] ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. War on Drugs. Chicago: Encyclopaedia Britannica, [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/war-on-drugs>. Acesso em: 30 maio 2026.
- [5] RODRIGUES, Thiago. Drogas e capitalismo: uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. 124 p.
- [6] INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Global Critical Minerals Outlook 2024. Paris: IEA, 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2024>. Acesso em: 30 maio 2026.
- [7] AMERICAS QUARTERLY. Can Brazil and the U.S. Reach a Deal on Rare Earths? New York: Americas Quarterly, 2025. Disponível

em: <https://www.americasquarterly.org/article/can-brazil-and-the-u-s-reach-a-deal-on-rare-earths/>. Acesso em: 30 maio 2026.

[8] U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Brazil, Guyana, and Argentina support forecast crude oil growth in 2026. Washington: EIA, 17 dez. 2025. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=66884>. Acesso em: 30 maio 2026.

[9] COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. China's Growing Influence in Latin America. New York: CFR, 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/china-influence-latin-america-argentina-brazil-venezuela-security-energy-bri>. Acesso em: 30 maio 2026.

[10] ODI GLOBAL. New data analysis reveals scale and depth of China's economic footprint in Latin America and the Caribbean. London: ODI Global, 4 mar. 2026. Disponível em: <https://odi.org/en/media-centre/new-data-analysis-reveals-scale-and-depth-of-chinas-economic-footprint-in-latin-america-and-the-caribbean/>. Acesso em: 30 maio 2026.

[11] AMERICAS SOCIETY/COUNCIL OF THE AMERICAS. Explainer: Latin American Countries' Rising Trade with China. New York: AS/COA, 2018. Disponível em: <https://www.as-coa.org/articles/explainer-latin-american-countries-rising-trade-china>. Acesso em: 30 maio 2026.

[12] STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI Top 100 arms producers see combined revenues surge as states rush to modernize and expand arsenals. Stockholm: SIPRI, 1 dez. 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2025/sipri-top-100-arms-producers-see-combined-revenues-surge-states-rush-modernize-and-expand-arsenals>. Acesso em: 30 maio 2026.

[13] STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. The SIPRI Top 100 arms-producing and military services companies, 2024. Stockholm: SIPRI, dez. 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2025/sipri-fact-sheets/sipri-top-100-arms-producing-and-military-services-companies-2024>. Acesso em: 30 maio 2026.

André Victor Mendes Rosa é doutorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence-IBGE); especialista em Gestão do Esporte pela Universidade de São Paulo (USP), e licenciado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-Uerj). É pesquisador colaborador do Cebrach.

“Chinamaxxing”: a China cai nas graças da geração Z

A popularização do chamado “Chinamaxxing” nas redes sociais revela menos uma moda passageira e mais um deslocamento simbólico, em que parte da juventude estadunidense passa a buscar referências culturais e imaginários de futuro na China, em meio à crise do “sonho americano”.



Foto de Theodor Lundqvist na Unsplash

Por Gabriela Beraldo

Talvez você não seja tão cronicamente online a ponto de já ter cruzado com conteúdos classificados como “Chinamaxxing” — até porque o fenômeno tem, aparentemente, se limitado a perfis estadunidenses. No entanto, sua proliferação tem aumentado, chegando a diferentes partes do mundo e despertado a curiosidade sobre por que a juventude no país do “sonho americano”, de repente, busca referências culturais no país que hoje é o maior opositor político e econômico dos Estados Unidos.

O *Chinamaxxing* consiste em conteúdos — muitos criados por pessoas da Geração Z — que buscam

vangloriar estilos de vida tipicamente, ou de forma estereotipada, associados a chineses. Tem sido comum ver vídeos curtos em que uma pessoa aparece agachada de cócoras (uma prática relacionada aos chineses), acompanhada da frase: “*You met me on a very chinese time of my life*” (“você me conheceu em um momento muito chinês da minha vida”, em tradução livre). Muitas pessoas aparecem também comendo comidas chinesas ou jogando mahjong.

A onda também pegou produtores de conteúdo chineses, tanto residentes nos Estados Unidos quanto na China. Eles brincam que “sim, se você

gosta de hot pot, você agora é chinês”. E não fica só em piadas virtuais: a moda chinesa, marcada, por exemplo, por uma jaqueta da marca Adidas, se tornou desejo de fashionistas, e a música 八方来财·因果 (“Fortuna vem de todas as direções – Causa e efeito”, em tradução livre), do rapper SKAI ISYOURGOD, também conhecido como Lan Lao (揽佬), tem se tornado viral no TikTok. Nesse momento, está na moda — ou “*trending*” — a China, muito em parte pela atração gerada pelos grandes avanços tecnológicos que têm encantado diferentes gerações, mas em especial os mais jovens. O interessante é que, mesmo como brincadeira estética, a *trend* reorganiza prestígio cultural: o que antes era motivo de exotização vira referência aspiracional.

Para alguns escritores estadunidenses que têm olhado para esse fenômeno, a tendência da juventude em exaltar a cultura chinesa tem mais relação com a situação política, econômica e social que vivem os Estados Unidos do que com uma atração pela China em si. Ao mesmo tempo, parece haver uma inversão de valores, em que o Oriente passa a pautar a cultura ocidental, e não mais é uma imagem caricata, criada e moldada pelo Ocidente com o objetivo de uma dominação, o que entendemos por *Orientalismo*, descrito por Edward Said.

Claro que não é como se o jogo tivesse virado completamente do dia para a noite. Mas, enquanto o governo Trump impõe tarifas que encarecem a vida da população e promove uma política de guerra interna — com a atuação da polícia imigratória (ICE) — e externa — com seu apoio a Israel e com o sequestro do presidente venezuelano, Nicolás Maduro —, a China parece o verdadeiro sonho de prosperidade e tecnologia que se esperava do século XXI. Mesmo que parte da política externa do trumpismo seja, inclusive, ataques à China, não é possível esconder os avanços tanto técnicos quanto sociais que o país asiático tem apresentado.

Por mais que artigos em inglês busquem apontar o *Chinamaxxing* mais como uma reação à crise estadunidense, é possível argumentar que a busca por referências na China, na verdade, expressa a busca por um horizonte, uma esperança, para uma juventude que tem se mostrado cada vez mais desconectada das formas atuais de reprodução do

capital e que não veem mais sentido no desgaste laboral — até porque as promessas de estabilidade já são uma história há muito ultrapassada no Ocidente. Enquanto isso, do outro lado do Oceano Pacífico, há um país que constantemente anuncia avanços significativos não apenas em relação ao seu mercado, mas na qualidade de vida de sua população. A China conseguiu erradicar a pobreza, garantir moradia para seus mais de 1,4 bilhão de habitantes, tem um salário-mínimo muito superior a outros países em desenvolvimento, colocou suas universidades no topo dos rankings globais e tem avançado em tecnologias de resiliência climática e mitigação dos efeitos do aquecimento global. Parece um bom lugar para se viver.

Enquanto o governo Trump impõe tarifas que encarecem a vida da população e promove uma política de guerra interna [...] a China parece o verdadeiro sonho de prosperidade e tecnologia que se esperava do século XXI.

Para uma geração que passa a integrar o mercado de trabalho durante uma crise profunda das estruturas neoliberais, e em que a extrema-direita passa a redobrar a aposta em guerras e na desigualdade para manter a atual divisão do mundo, a busca por uma alternativa é inevitável.

Vale ressaltar que, na maioria dos casos, parece que o *Chinamaxxing* se abstém de trazer o governo socialista para sua exaltação da China, mesmo que alguns produtores de conteúdo já estejam surfando essa onda para apresentar as melhorias que o Estado chinês tem sido capaz de promover para sua população e inserir na *trend* a pauta do socialismo. O que vale nossa atenção aqui é a oportunidade de diálogo que está surgindo nas redes sociais, a partir da pauta cultural e de costumes, para falarmos de socialismo com a juventude.

Gabriela Beraldo é formada em jornalismo pela ESPM-SP, mestra e doutoranda pelo Programa de Integração da América Latina da USP (PROLAM). Atualmente é consultora na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e integra a diretoria do Cebrach.

Ai Weiwei diante do inegável

A inflexão recente no discurso do artista Ai Weiwei ultrapassa a esfera biográfica e sinaliza uma crise mais ampla de legitimidade do liberalismo. O reposicionamento de um dos críticos mais celebrados de Pequim revela não apenas a erosão da hegemonia narrativa do Ocidente, mas também a crescente força do projeto chinês.

Por Rodrigo Moura

A recente evolução discursiva do artista Ai Weiwei, marcada por declarações à CNN e por um artigo que gerou controvérsia com o jornal alemão Die Zeit, transcende uma revisão pessoal. Ela simboliza um sintoma significativo da erosão da hegemonia narrativa ocidental e da crescente atração do projeto de desenvolvimento chinês. A trajetória de um dos críticos mais midiáticos de Pequim, que agora expressa surpresa com os avanços da China e direciona seu olhar crítico para as contradições do capitalismo liberal, oferece um rico material para análise.

Weiwei reconhece factualmente conquistas que dados objetivos atestam: a China retirou mais de 800 milhões da pobreza extrema (Banco Mundial, 2021), construiu a maior rede de alta velocidade do mundo e demonstra uma capacidade de planejamento estatal de longo prazo inexistente no Ocidente anárquico. Uma verdadeira terra de oportunidades. Em contraste, ele aponta a estagnação econômica, a crise migratória e a falência institucional das democracias burguesas. E esta não é uma opinião isolada, mas ecoa estudos como os de Piketty (Capital e Ideologia, 2019), que demonstram o agravamento radical da desigualdade nas potências capitalistas.

Sua crítica à instrumentalização geopolítica dos direitos humanos pelo Ocidente desmascara a superestrutura moral de um sistema em decomposição. Enquanto os EUA lideram invasões e guerras por procuração, a Europa se perde entre falácias e trivialidades, a China se torna um farol para o mundo, promovendo projetos de infraestrutura global através do Cinturão e Rota, priorizando desenvolvimento material sobre retórica vazia. A “decadência moral” denunciada por Weiwei é a expressão fenomênica da crise orgânica descrita por Gramsci, onde a classe

dominante perde sua autoridade intelectual e moral.

Contudo, a análise materialista exige ir além da percepção individual. A força que impõe esta reavaliação até a um crítico é a realidade objetiva: o Poder de Paridade de Compra cresceu a uma média de 6,7% ao ano entre 2013-2023 (FMI, World Economic Outlook, outubro de 2023), enquanto a zona do euro mal alcançou 1,5%. O Ocidente, esgotado pela financeirização e pela superexploração neocolonial, não oferece mais um modelo viável, nem mesmo como contraponto ilusório.

Weiwei mantém reservas sobre aspectos do sistema chinês, o que reflete a complexa dialética entre liberdade individual e projeto coletivo na construção socialista. No entanto, seu reposicionamento é um indicador poderoso de que a correlação de forças mundiais mudou. A disputa ideológica já não se dá nos termos do século XX; o debate agora é entre um capitalismo senil e raivoso e um socialismo em desenvolvimento que, apesar de contradições, demonstra superioridade na elevação das forças produtivas e no bem-estar material das massas. A voz de um ex-dissidente, outrora instrumentalizado pela narrativa ocidental, que agora confronta o Ocidente com suas hipocrisias é, em si, um fato geopolítico significativo.

Rodrigo Moura é formado em Negócios Internacionais pela FGV, mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Zhejiang. Integrou o Grupo de Estudos do Socialismo com Características Chinesas da Universidade de Zhejiang, fez parte do movimento estudantil como presidente do Conselho Internacional de Estudantes, fundou o Centro de Estudos Latinoamericanos da Zhejiang University International Business School.

Healthy China 2030: política pública, governança estratégica e a reconfiguração do poder estatal

O Healthy China 2030 expressa a transformação da política de saúde em eixo estratégico de governança, articulando planejamento estatal, desenvolvimento econômico e legitimação política no socialismo chinês contemporâneo.



Foto de Jennifer Chen na Unsplash

Por Thomaz José Portugal

O *Healthy China 2030* (HC 2030) não pode ser compreendido como uma política pública convencional, nem como uma simples resposta técnica a desafios sanitários. Trata-se de um instrumento estratégico de governança, concebido para reordenar a relação entre Estado, sociedade e desenvolvimento no contexto da transição chinesa para o chamado crescimento de alta qualidade. Ao elevar a saúde à condição de eixo estruturante do planejamento nacional, o Estado chinês redefine o próprio sentido de bem-estar, deslocando-o do campo restrito dos direitos sociais para o da estabilidade política, da produtividade econômica e da legitimidade estatal.

Essa opção está longe de ser neutra ou meramente administrativa: ela expressa uma racionalidade política explícita. Diante da desaceleração econômica, do envelhecimento populacional e da

presença de tensões sociais latentes, a saúde passa a operar como uma infraestrutura invisível do poder, capaz de mitigar riscos sistêmicos, regular comportamentos sociais e sustentar, no longo prazo, a continuidade do projeto socialista chinês.

Planejamento estatal e ruptura com a lógica liberal de bem-estar

Diferentemente das narrativas ocidentais, que tendem a associar políticas de saúde à ampliação de direitos individuais e à desmercantilização dos serviços, o *Healthy China 2030* opera segundo uma racionalidade distinta. Na experiência chinesa, a saúde é concebida, antes de tudo, como um recurso estratégico do desenvolvimento. O plano ultrapassa a mera expansão da cobertura assistencial ou a otimização de indicadores biomédicos, ao intervir diretamente na organização dos comportamentos

sociais, incentivar práticas preventivas e redefinir a responsabilidade individual a partir das necessidades do coletivo.

Essa abordagem rompe com a matriz liberal do *welfare state*, ao revelar um modelo em que o bem-estar é funcionalizado: o cidadão saudável passa a ser compreendido como um ativo produtivo, menos oneroso e mais eficiente do ponto de vista econômico, contribuindo para maior previsibilidade e coesão social. Nesse sentido, o HC 2030 não se limita a mitigar as contradições do desenvolvimento, mas busca antecipá-las e neutralizá-las, convertendo políticas sociais em instrumentos de estabilidade estrutural.

O Healthy China 2030 como tecnologia de governo

No centro do plano reside sua função como tecnologia de governo. Ao disseminar estilos de vida considerados saudáveis, monitorar indicadores populacionais e integrar sistemas de dados em saúde, o Estado amplia sua capacidade de conhecer, gerir e intervir sobre a população. A política pública deixa de operar apenas como instrumento setorial e se converte em um dispositivo sofisticado de regulação social.

Essa dimensão costuma ser subestimada por análises que reduzem o *Healthy China 2030* a uma agenda sanitária progressista. Na realidade, o plano articula prevenção, educação, políticas de saúde e big data para moldar uma população disciplinada, funcional às metas estatais e orientada à internalização de condutas socialmente desejáveis. Trata-se de uma biopolítica assumida, na qual a promoção da saúde e a gestão dos riscos sociais se entrelaçam de forma indissociável.

Centralização estratégica e adaptação territorial

A arquitetura institucional do plano articula centralização estratégica, com diretrizes emanadas do alto escalão do PCCh, e mecanismos de adaptação territorial baseados em experimentação local e ajustes iterativos. Essa combinação permite testar políticas, corrigir disfunções e escalar iniciativas bem-sucedidas sem abrir mão do controle central.

Tal arranjo desafia a premissa liberal segundo a qual a descentralização necessariamente fragiliza a autoridade estatal. No caso chinês, ela é mobilizada

como instrumento de aprendizado institucional, reforçando a capacidade de coordenação e intervenção do Estado. Nesse sentido, a saúde funciona como um laboratório permanente de governança, no qual planejamento central, experimentação local e disciplina administrativa se articulam de forma orgânica.

Saúde, prosperidade comum e legitimidade

A articulação com o discurso da prosperidade comum ilumina a dimensão política do plano, no qual o bem-estar deixa de ser concebido como concessão social e passa a operar como prova da eficácia governamental do PCCh, ancorada em uma racionalidade prospectiva e declaradamente orientada ao povo. A saúde, nesse contexto, consolida-se como vetor central de legitimação política.

Essa relevância se acentua em um cenário marcado pelo aprofundamento das desigualdades regionais e sociais. Ao prometer maior equidade em saúde e melhoria das condições de vida, o Estado constrói e sustenta uma narrativa de desenvolvimento socialmente inclusivo, capaz de articular crescimento econômico, coesão social e estabilidade política.

Implicações estratégicas

O HC 2030 evidencia que, na China contemporânea, as políticas públicas operam como instrumentos de poder. Integrada ao planejamento de longo prazo, a saúde converte-se em pilar da governança nacional, entrelaçando crescimento econômico, estabilidade social e autoridade política.

Desconsiderar essa estratégia resulta em leituras reducionistas, que veem a política chinesa de saúde como uma imitação tardia de modelos ocidentais. Ao contrário, o plano consagra um modelo autônomo de bem-estar, afinado ao socialismo com características chinesas e à primazia do planejamento estatal. Não se trata da universalização de direitos nos moldes liberais, mas da salvaguarda de um projeto político que sustenta e impulsiona a ascensão chinesa no século XXI.

Thomaz José Portugal é pesquisador, mestre e doutorando em Sociologia Política pelo IUPERJ/UCAM. É pesquisador colaborador do Cebrach.

O Eixo Sino-Brasileiro na Reconstrução do CEIS: Soberania Sanitária, Biomanufatura e o Futuro do Multilateralismo nos BRICS

A pandemia de COVID-19 expôs a fragilidade da dependência tecnológica do Sul Global e recolocou a reconstrução do Complexo Econômico-Industrial da Saúde no centro do debate sobre soberania, desenvolvimento e cooperação internacional.



Foto de Hanson Lu na Unsplash

Por Wellington Pinheiro dos Santos

A pandemia de COVID-19 funcionou como um revelador crítico das contradições estruturais da ordem neoliberal em saúde. Enquanto corporações farmacêuticas globais registraram lucros recordes, países do Sul Global enfrentaram escassez aguda de insumos, subordinação a cadeias de suprimento controladas por poucas potências e dependência crítica de plataformas de vacinas e equipamentos de terapia intensiva. Essa vulnerabilidade não foi um acidente de percurso, mas o desfecho previsível de

décadas de desregulamentação, abertura comercial assimétrica e financeirização da economia, consolidadas institucionalmente por meio de acordos internacionais de propriedade intelectual que concentram mais de 70% do mercado farmacêutico global nas mãos de menos de dez corporações transnacionais. Nesse contexto, a saúde foi progressivamente transformada em commodity de alto valor agregado, fragilizando sistemas universais e expondo a

insegurança estratégica de nações inteiras diante de choques sanitários globais.

No Brasil, essa dinâmica incide diretamente sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). Concebido nas décadas de 1970 e 1980 como polo estratégico de desenvolvimento nacional e soberania tecnológica, o CEIS foi sistematicamente desmontado pelo projeto neoliberal, resultando em fragmentação produtiva, desnacionalização acelerada e dependência crônica de importações. Hoje, o Brasil importa mais de 90% dos Insumos Farmacêuticos Básicos (IFBs) e vê sua capacidade de inovação estrangulada pela falta de coordenação entre universidades, indústria e sistema público de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de sua escala demográfica e legitimidade social, opera majoritariamente como consumidor passivo de tecnologias externas, sem induzir a reestruturação da base produtiva nacional. Essa subordinação é política: reflete a hegemonia de uma racionalidade mercantil que prioriza o retorno financeiro privado sobre o direito à saúde como bem comum.

Diante desse cenário, reconstruir o CEIS exige superar a lógica de importação substitutiva pontual e avançar rumo a um projeto de desenvolvimento endógeno articulado com cooperação Sul-Sul estruturada. Nesse marco, a experiência chinesa emerge como referência estratégica e parceira estrutural para a reindustrialização da saúde no Brasil. A China materializou, por meio de planejamento estatal explícito, biomanufatura em escala e ecossistemas de inovação integrados, um modelo de soberania farmacêutica que contrasta radicalmente com a subordinação mercantil ocidental. A partir dessa análise, propõe-se um paradigma de multilateralismo produtivo nos BRICS, baseado na troca de capacidades complementares, transferência de tecnologia sob licenças flexíveis e criação de instrumentos financeiros blindados contra oscilações de mercado. O objetivo é demonstrar que a saúde, quando governada como direito humano e vetor de desenvolvimento, pode romper com a lógica de extração de renda por patentes e consolidar um novo equilíbrio geopolítico.

A trajetória brasileira de industrialização da saúde reflete as contradições históricas de uma economia periférica inserida no capitalismo global, oscilando entre avanços autônomos e subordinação estrutural. O CEIS, concebido no contexto nacional-

desenvolvimentista, representou a materialização de um projeto que articulava pesquisa básica, desenvolvimento tecnológico, produção industrial e políticas públicas de saúde com o objetivo explícito de romper a dependência externa em insumos estratégicos. Nesse período, o Brasil chegou a produzir cerca de 30% dos IFBs consumidos internamente, consolidando uma base produtiva que combinava tradição científica, capacitação técnica e demanda pública estruturada. A virada neoliberal da década de 1990, contudo, desmontou sistematicamente essa arquitetura. A abertura comercial unilateral, a desregulamentação de setores estratégicos e a privatização de ativos industriais provocaram uma desnacionalização acelerada: indústrias nacionais foram fechadas ou absorvidas por multinacionais, a produção de IFBs entrou em colapso e a dependência de importações saltou para patamares superiores a 90%.

A China materializou, por meio de planejamento estatal explícito, biomanufatura em escala e ecossistemas de inovação integrados, um modelo de soberania farmacêutica que contrasta radicalmente com a subordinação mercantil ocidental.

A persistência dessa subordinação se sustenta em bloqueios estruturais que operam em três dimensões interligadas. O bloqueio financeiro manifesta-se no contingenciamento crônico de recursos para ciência, tecnologia e inovação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) operou por anos com a maioria de seus recursos retidos, e embora a execução tenha sido ampliada recentemente, os volumes ainda são insuficientes para áreas críticas como biotecnologia, microeletrônica médica e inteligência artificial aplicada à saúde. A retração histórica de linhas de crédito de longo prazo do BNDES para projetos de inovação em escala agravou o descompasso entre P&D e industrialização. O bloqueio institucional decorre da fragmentação crônica entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Saúde, BNDES, Finep, Anvisa e universidades. Cada ator opera com lógicas, cronogramas e métricas

distintos, sem uma estratégia unificada de longo prazo, resultando em ação dessincronizada e burocracia excessiva que desvia recursos humanos e financeiros da inovação. O bloqueio geopolítico opera por meio de regras assimétricas no sistema internacional. O Acordo TRIPS da OMC institucionalizou padrões globais de patentes que beneficiam corporações transnacionais e limitam a capacidade de países em desenvolvimento de produzir genéricos ou flexibilizar direitos de propriedade intelectual em situações de emergência sanitária. Soma-se a isso a pressão constante de lobbies farmacêuticos contra políticas de preferência nacional e o risco de sanções tecnológicas em um contexto de rivalidade entre potências, exigindo diversificação de parcerias e fortalecimento da capacidade endógena de resposta.

Nesse quadro, o SUS emerge como o maior ativo estratégico não aproveitado para a reconstrução do CEIS. Com mais de 200 milhões de usuários e poder de compra agregado expressivo, o sistema público tem condições únicas para induzir o desenvolvimento industrial ao adotar critérios de preferência por soluções nacionais, exigência de transferência de tecnologia e validação clínica em larga escala. Contudo, esse potencial permanece amplamente não realizado. Compras públicas ainda são frequentemente orientadas por critérios de menor preço imediato, sem considerar o impacto de longo prazo sobre a soberania tecnológica. A reorientação desse modelo exige uma política industrial explícita para o CEIS, articulação institucional efetiva e compromisso político com o desenvolvimento endógeno.

É exatamente nesse ponto que o modelo chinês oferece lições concretas e estruturais. A China representa a materialização de um projeto de desenvolvimento nacional baseado no planejamento estatal e na soberania estratégica. Sob a coordenação do Estado e amparada por diretrizes como *Made in China 2025* e *Healthy China 2030*, o país transformou sua indústria de saúde em vetor de desenvolvimento endógeno, integrando pesquisa básica, biomanufatura avançada, produção em escala e políticas públicas de saúde de forma sistêmica. Essa transformação ocorreu em dimensões interligadas que contrastam radicalmente com o modelo ocidental de saúde subordinado à maximização de lucros e à proteção rígida de patentes.

A biomanufatura chinesa consolidou-se como líder global na síntese de insumos farmacêuticos básicos, matéria-prima que o Brasil importa massivamente. Empresas como Sinopharm e Sinovac operam em escala planetária, produzindo desde antibióticos e anti-inflamatórios até terapias celulares e vacinas de plataforma avançada. Durante a pandemia, essa capacidade permitiu o desenvolvimento e a produção rápida de imunizantes contra o SARS-CoV-2, distribuídos globalmente por meio da chamada *Vaccine Diplomacy*. Essa capacidade não é espontânea; é resultado de décadas de investimento estatal em P&D, engenharia de bioprocessos, genômica e inteligência artificial aplicada à descoberta de fármacos, todas orientadas por prioridades nacionais de saúde pública e segurança sanitária.

Os parques tecnológicos integrados constituem outro pilar estratégico. Cidades como Shenzhen e Xangai (distrito de Zhangjiang) abrigam ecossistemas onde universidades de pesquisa, hospitais de referência, institutos de inovação e empresas de base tecnológica coexistem em zonas planejadas e financiadas pelo Estado. No Parque Biomédico de Zhangjiang, mais de mil empresas operam em colaboração direta com o sistema de saúde provincial e centros de regulação, desenvolvendo desde reagentes de diagnóstico até sistemas de IA para triagem de doenças crônicas. Esses parques não são zonas de livre mercado, mas instrumentos de política industrial pública, desenhados para criar ciclos virtuosos de inovação, escala produtiva e retorno social. A China demonstra que a proximidade física e institucional entre pesquisadores, reguladores e indústria acelera a tradução do conhecimento em produtos acessíveis e auditáveis.

A soberania farmacêutica é a dimensão mais estratégica. Diferente do modelo ocidental, que subordina a saúde à lógica de extração de renda por patentes e mercados financeiros, a China mantém controle público sobre setores estratégicos, utiliza empresas estatais para regular preços, garantir abastecimento e atuar como veículo de cooperação técnica internacional. A transferência de tecnologia em acordos de cooperação frequentemente inclui cláusulas de capacitação local, coautoria em registros sanitários e adaptação epidemiológica. Essa arquitetura permite à China inserir-se nas cadeias globais de valor sem abrir mão de sua autodeterminação tecnológica. Para o Brasil, a lição

é inequívoca: a reconstrução do CEIS exige planejamento estatal explícito, articulação universidade-indústria-sistema de saúde e domínio progressivo de toda a cadeia produtiva, desde a síntese de IFBs até a formulação, o controle de qualidade e a distribuição territorial.

A cooperação Sul-Sul em saúde não pode restringir-se a iniciativas pontuais, doações emergenciais ou dependência de financiamento externo condicional. Para superar a lógica de subordinação tecnológica, é necessário avançar rumo a um multilateralismo produtivo: um modelo de cooperação estrutural baseado na troca de capacidades, transferência de tecnologia sob licenças flexíveis e integração de cadeias regionais de valor. Esse modelo não visa apenas substituir importações, mas transformar a saúde em vetor de desenvolvimento nacional, gerando empregos qualificados e elevando a complexidade econômica dos países do Sul Global.

A integração estrutural pressupõe o reconhecimento das capacidades complementares de cada país, articuladas em torno de um projeto comum de soberania sanitária. Trata-se de construir cadeias regionais de valor onde cada membro contribui com ativos específicos compartilhando benefícios de forma justa e previsível. Essa abordagem exige a institucionalização de mecanismos permanentes de governança, como um Fórum Permanente de Saúde dos BRICS, com representação paritária, participação da sociedade civil e vinculação a instrumentos de financiamento estáveis. A cooperação deve ser transparente, com cláusulas claras de transferência de tecnologia e produção local, garantindo que sirva aos interesses dos povos e não apenas de elites corporativas.

Um pilar central dessa integração é a transferência de tecnologia sob licenças flexíveis. Modelos tradicionais, baseados em licenciamento exclusivo e royalties elevados, reproduzem dependência e encarecem o acesso. Propõe-se, portanto, um regime alternativo para tecnologias financiadas com recursos públicos nos BRICS, inspirado em iniciativas como o *Open COVID Pledge* e nas licenças *BRICS Commons*. Tecnologias desenvolvidas por universidades ou empresas estatais devem estar protegidas por regimes que permitam uso, adaptação e reprodução pelos países membros, sem barreiras legais proibitivas. No contexto dos BRICS, essa transferência pode

assumir três formas principais: licenciamento aberto para tecnologias públicas com fins não comerciais ou reinvestimento em P&D local; licenciamento compartilhado com patentes conjuntas entre países membros, direitos de uso equitativos e obrigações de *know-how* e capacitação técnica; e pools de patentes para áreas específicas, com acesso facilitado e governança paritária.

A dimensão mais transformadora do multilateralismo produtivo é a integração de cadeias regionais de valor em saúde. Na produção de medicamentos para doenças negligenciadas ou de alto impacto sanitário, a China poderia garantir o fornecimento estável de IFBs certificados, com cláusulas progressivas de capacitação para produção local; a Índia aportaria expertise em formulação e controle de qualidade em escala; o Brasil contribuiria com pesquisa biomédica aplicada, produção de imunobiológicos e atuação como *hub* logístico para a América Latina e o Caribe; a África do Sul estruturaria a produção e distribuição regional no continente africano; e a Rússia traria competências em biotecnologia avançada e resposta rápida a patógenos emergentes. No campo de equipamentos médicos e tecnologias digitais, a cooperação poderia envolver o desenvolvimento conjunto de dispositivos adaptados a contextos de infraestrutura variável, garantindo que a inovação servisse ao direito à saúde, não à extração de renda por meio de monopólios.

A reconstrução do CEIS e a efetivação do multilateralismo produtivo exigem instrumentos financeiros estáveis, alinhados à soberania sanitária e blindados contra oscilações de mercado. O financiamento tradicional, dependente de empréstimos bilaterais condicionados ou capital privado especulativo, mostrou-se insuficiente para garantir desenvolvimento endógeno. Propõe-se, portanto, a criação de um Fundo BRICS para Inovação em Saúde Pública, gerido sob governança paritária e focado em capacitação técnica, produção local e pesquisa aplicada. O Fundo teria como objetivo central financiar projetos que fortaleçam a capacidade produtiva nacional em setores estratégicos, promovam transferência de tecnologia sob licenças flexíveis e capacitem quadros técnicos. Sua governança seria exercida por um Comitê Gestor composto por representantes de cada país-membro, academia,

setor produtivo e sociedade civil, garantindo transparência e alinhamento com prioridades sanitárias nacionais.

O financiamento estruturar-se-ia em três pilares complementares. O primeiro pilar seria o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que criaria uma Linha Especial de Crédito para Soberania em Saúde, com condições favoráveis para infraestrutura de grande escala, como parques biomédicos e aquisição de equipamentos de alta complexidade. O segundo pilar compreenderia a contribuição de fundos nacionais de inovação congêneres, direcionados a projetos com contrapartida regional. O terceiro pilar seria o Fundo BRICS de Ciência, Tecnologia e Inovação, com seu mandato expandido para incluir explicitamente a saúde como área prioritária. As modalidades de apoio incluiriam empréstimos de longo prazo para expansão de capacidade produtiva, subvenções não reembolsáveis para pesquisa aplicada e prototipagem, e garantias para investimentos privados que se comprometam com cláusulas de conteúdo nacional e compartilhamento de propriedade intelectual. Os recursos concentrar-se-iam em produção de IFBs para romper a dependência externa, equipamentos médicos e diagnósticos adaptados a contextos de baixo recurso, P&D aplicado em vacinas e terapias avançadas, e capacitação técnica e formação de quadros por meio de bolsas, estágios industriais e intercâmbio acadêmico-técnico. O Fundo BRICS para Inovação em Saúde Pública não é apenas um mecanismo financeiro, mas um instrumento político de reordenação da governança global da saúde.

A governança global da saúde opera sob uma contradição estrutural irreconciliável com a soberania sanitária: enquanto instituições multilaterais proclamam o direito universal à saúde, o regime internacional de propriedade intelectual e os mecanismos de financiamento subordinam o acesso a medicamentos e tecnologias aos interesses do capital farmacêutico. O Acordo TRIPS da OMC institucionaliza monopólios por meio de patentes de vinte anos, permitindo a fixação de preços elevados e limitando o acesso em países de baixa renda. Essa estrutura é reforçada pela crescente dependência da Organização Mundial da Saúde de financiamento privado, que orienta suas prioridades para áreas de alto retorno comercial, em detrimento de políticas estruturais de saúde

pública. Ademais, menos de 1% dos investimentos globais em P&D destinam-se a doenças negligenciadas, evidenciando que a saúde é tratada como commodity, não como direito humano.

Uma governança pautada no direito à saúde exige reformas profundas: revisão do regime de propriedade intelectual, com pools de patentes para medicamentos essenciais e licenciamento obrigatório; fortalecimento de capacidades endógenas via políticas industriais ativas e integração de cadeias regionais de valor; cooperação Sul-Sul institucionalizada, com governança paritária e transferência de tecnologia sob licenças flexíveis; e reforma democrática da OMS, aumentando contribuições obrigatórias dos Estados-membros e reduzindo a influência de atores privados. Reconhece-se, contudo, que essa transformação depende de sistemas públicos universais fortes e de lutas políticas nacionais e internacionais. A alternativa não é abolir o mercado, mas subordiná-lo a critérios de justiça social, soberania e cooperação. Os BRICS, com suas capacidades complementares e compromisso crescente com a autonomia tecnológica, podem atuar como catalisadores realistas dessa mudança.

**A alternativa não é abolir o mercado,
mas subordiná-lo a critérios de justiça
social, soberania e cooperação.**

A análise desenvolvida neste artigo demonstra que o Complexo Econômico-Industrial da Saúde brasileiro possui potencial estratégico para se tornar vetor de desenvolvimento nacional e soberania sanitária, condicionado a planejamento estatal ativo, cooperação Sul-Sul estruturada e multilateralismo produtivo nos BRICS. O mercado, por si só, não gera desenvolvimento autônomo nem rompe com a dependência externa; apenas o Estado, articulando ciência, indústria e sistema público, pode construir um núcleo dinâmico de inovação endógena. O SUS, com sua escala e legitimidade, constitui o ativo central para induzir esse desenvolvimento, exigindo superação da fragmentação institucional e ausência de política industrial explícita. A experiência chinesa oferece um modelo concreto de como a soberania farmacêutica pode ser alcançada por meio de

planejamento de longo prazo, biomanufatura integrada, parques tecnológicos orientados por prioridades públicas e cooperação internacional baseada em transferência real de *know-how*. Ao articular essas lições com as capacidades complementares dos BRICS, é possível construir cadeias regionais de valor que reduzam vulnerabilidades estratégicas, gerem emprego qualificado e garantam que os sistemas públicos de saúde operem com tecnologias acessíveis, auditáveis e adaptadas à nossa realidade epidemiológica.

A reconstrução do CEIS não é um projeto setorial. É um projeto civilizatório. Exige a construção de um bloco histórico nacional e internacional em torno do direito à saúde, unindo trabalhadores, pesquisadores, indústria de base tecnológica, movimentos sociais e gestores públicos. Enfrentará resistências de elites rentistas, burocracias inerciais e lobbies transnacionais, mas a história recente demonstra que alternativas são viáveis quando há vontade política, coordenação institucional e cooperação horizontal. O eixo sino-brasileiro na saúde não se mede por volumes de comércio, mas pela capacidade de gerar autonomia tecnológica, reduzir dependências estruturais e garantir que a inovação sirva ao bem comum. Investir na reindustrialização da saúde, na biomanufatura nacional e na cooperação técnica estruturada com a China é investir na soberania sanitária e na dignidade humana. A missão é factível, necessária e urgente.

Referências

- ALMEIDA, A. C. S. O conceito de Complexo Econômico Industrial da Saúde como pilar de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil. 2023.
- BARRETO, Antonio Angelo Menezes; MENDES, Samara Jamile; MENDES, Áquilas Nogueira. O pensamento desenvolvimentista na raiz do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis): uma revisão integrativa. *Saúde em Debate*, v. 49, n. 145, p. e9855, 2025.
- CHEN, Kejing et al. How does industrial policy experimentation influence innovation performance? A case of Made in China 2025. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2024.
- GAUTTAM, Priya; SINGH, Bawa; KAUR, Jaspal. COVID-19 and Chinese global health diplomacy: geopolitical opportunity for China's hegemony? *Millennial Asia*, v. 11, n. 3, p. 318-340, 2020.
- KAMENI, Enga. Implementation of TRIPS public health flexibilities in the African Intellectual Property Organisation (OAPI) region: problems and prospects. University of Pretoria (South Africa), 2015.
- KARLSBAKK, A. Patents versus patients: global governance and the role of civil society in South Africa's quest for affordable drugs. 2005. Tese de Doutorado. Stellenbosch: Stellenbosch University.
- KHAN, Muhammad Akhtar Abbas; RAUF, Asim. Promoting local production and active pharmaceutical ingredient (API) industry in low and middle income countries (LMICs): impact on medicines access and policy. *Journal of Pharmaceutical Policy and Practice*, v. 17, n. 1, p. 2323683, 2024.
- KOBIERECKA, Anna. Post-covid China: 'vaccine diplomacy' and the new developments of Chinese foreign policy. *Place Branding and Public Diplomacy*, v. 19, n. 3, p. 280-293, 2023.
- NASCIMENTO, Marco Aurélio de Carvalho et al. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde como alternativa estratégica para a superação do subdesenvolvimento. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 22, p. e02991262, 2024.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 7, n. 3, p. 607-626, 2001.
- SOARES, L. T. et al. Governança global da saúde e propriedade intelectual: tensões e perspectivas para o Sul Global. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, n. 1, p. 1-12, 2020.
- TORRES, Ricardo L.; HASENCLEVER, Lia. A evolução institucional das indústrias farmacêuticas indiana e brasileira revisitada. *História Econômica & História de Empresas*, v. 20, n. 2, 2017.
- YUAN, Jie; LIU, Shucheng. A double machine learning model for measuring the impact of the Made in China 2025 strategy on green economic growth. *Scientific Reports*, v. 14, n. 1, p. 12026, 2024.
- ZHANG, Mingyuan; BJERKE, Lise. Antibiotics "dumped": negotiating pharmaceutical identities, properties, and interests in China-India trade disputes. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 37, n. 2, p. 148-163, 2023.

Wellington Pinheiro dos Santos é doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina Grande (2009), Professor do Departamento de Engenharia Biomédica e Líder do Grupo de Pesquisas em Computação Biomédica, Universidade Federal de Pernambuco. É pesquisador colaborador do Cebrach.

Contato:
www.cebrach.org
Instagram: @cebrach.oficial